

2025

ADELICIO MACHADO DOS SANTOS

TURISMO

SOCIABILIDADE, ECONOMIA E POLÍTICA



ADELICIO MACHADO DOS SANTOS

**TURISMO –
SOCIABILIDADE, ECONOMIA E
POLÍTICA**

Editora Pascal

2025

Editor Chefe: Prof. Dr. Patrício Moreira de Araújo Filho

Edição e Diagramação: Eduardo Mendonça Pinheiro

Edição de Arte: Marcos Clyver dos Santos Oliveira

Bibliotecária: Rayssa Cristhália Viana da Silva – CRB-13/904

Revisão: Adelcio Machado Dos Santos

Conselho Editorial

Dr. Raimundo Luna Neres

Dr. Raimundo José Barbosa Brandão

Dr. Gabriel Nava Lima

Dr. José Ribamar Neres Costa

Dr^a Eliane Rosa da Silva Dilkin

Dr. Will Ribamar Mendes Almeida

Dr. Claudio Alves Benassi

Dr. Diogo de Almeida Viana dos Santos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237t

Santos, Adelcio Machado dos

Turismo – sociabilidade, economia e política / Adelcio Machado dos Santos — São Luís: Editora Pascal, 2025.

69 f. : il.:

Formato: PDF

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-6068-195-8

D.O.I.: 10.29327/5670620

1. Turismo. 2. Sociedade. 3. Economia. 4. Política. I. Santos, Adelcio Machado dos.
II. Título.

CDU: 338.48:330

Qualquer parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros, desde que seja citado o autor.

*Livro dedicado a
Suzana Alves de Moraes Franco*

“O turismo é uma das atividades que mais contribuem para o entendimento entre os povos, pois aproxima culturas e promove o respeito às diferenças”.

(BOULLÓN, 2002, p. 31)

BOULLÓN, Rodolfo G.

Planejamento do espaço turístico. Bauru: EDUSC, 2002.

PREÂMBULO

Prof. Dr. Adelcio Machado dos Santos

O turismo, fenômeno multifacetado e em constante transformação, é hoje um dos vetores mais dinâmicos das relações sociais, culturais, econômicas e ambientais no mundo contemporâneo. Este livro, *Estudos sobre Turismo*, não se propõe como tratado definitivo, tampouco como manual técnico ou acadêmico nos moldes tradicionais.

Destarte, antes de tudo, trata-se de comunhão crítica de reflexões construídas ao longo de uma trajetória devotada ao olhar sobre o deslocamento humano e seus desdobramentos. Colima-se o turismo não apenas como mister do turismólogo, mas objeto a demanda observação diligente para análises não apenas de um setor ou atividade econômica, mas um campo vivo de encontros, tensões, aprendizados e transformações.

O impulso para compor esta obra nasceu de uma inquietação constante: por que, malgrado a sua presença cada vez mais evidente no cotidiano das sociedades, o turismo ainda é frequentemente abordado de maneira superficial ou meramente instrumental? Por que a experiência turística é tantas vezes reduzida a números, estatísticas e pacotes promocionais, quando nela residem dinâmicas profundas de identidade, alteridade, memória e pertencimento? É neste contexto que o presente livro se organiza, na tentativa de aprofundar o olhar sobre o turismo em sua complexidade, propondo uma leitura que vá além da superfície dos roteiros e dos destinos.

Por conseguinte, a escolha por compilar estudos variados — alguns analíticos, outros descritivos, alguns provocativos e mesmo opinativos — deve-se ao desejo de preservar a pluralidade de perspectivas que o tema exige. Não há aqui um único fio condutor, mas há um eixo: a convicção de que o turismo precisa ser compreendido em suas implicações sociais e culturais tanto quanto em seus efeitos econômicos.

Ao longo dos textos emergem discussões sobre as mudanças nos perfis dos viajores, as transformações no sentido do “viajar”, os impactos da atividade turística sobre as comunidades locais, as ambiguidades do turismo de massa, o papel das políticas públicas no ordenamento territorial turístico e, ainda, reflexões sobre o turismo como espaço de construção de narrativas e imaginários.

As análises reunidas resultam de leituras, vivências, estudos de campo e, sobretudo, da escuta. Escuta dos profissionais do setor, dos moradores dos destinos

visitados, dos viajantes em trânsito, dos gestores públicos e dos empreendedores privados. Cada ponto de vista somou-se a este esforço de compreensão mais ampla, contribuindo para um quadro que, embora ainda incompleto — porquanto nunca poderá ser definitivo —, oferece contributos reais ao debate sobre o futuro do turismo no Brasil e no mundo.

Esta obra não tem pretensões no sentido estrito, mas é inevitavelmente atravessada por elas, seja na metodologia adotada, seja na interlocução com autores e conceitos da área. A intenção é dialogar com leitores diversos: estudantes de turismo, profissionais do setor, gestores públicos, pesquisadores e o leitor curioso que se interessa pelas dinâmicas do mundo contemporâneo.

O tom adotado é deliberadamente acessível, sem renunciar à profundidade. O conhecimento sobre o turismo precisa circular para além dos muros da economia, alcançando aqueles que o vivem na práxis e, muitas vezes, sem ter acesso a uma leitura crítica de sua própria realidade.

O momento em que este livro é lançado é, por si só, significativo. Após profundas mutações ensejadas por crises globais, como a pandemia, as guerras e a intensificação das questões climáticas, o turismo tem sido forçado a repensar suas bases, seus modelos e seus sentidos.

Fala-se, com razão, em turismo regenerativo, turismo consciente, turismo de base comunitária — termos que apontam para uma necessidade urgente de reconciliação entre o viajar e o cuidar, entre o deslocar-se e o pertencer.

Em epítome, neste cenário, os estudos aqui apresentados buscam contribuir com subsídios para essa reflexão coletiva e necessária.

BIOGRAFIA DO AUTOR



O Prof. Dr. Adelcio Machado dos Santos é turismólogo, com militância em Economia, Filosofia e Sociologia do Turismo.

Doutor e Pós-Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Bacharel em Turismo.

O núcleo temático de estudo envolve as linhas de pesquisa: Desenvolvimento e Sociedade, Estudos Culturais e Filosofia da Interdisciplinaridade.

Ex-Reitor, coordenador de curso, vogal da Comissão Própria de Avaliação (CPA), Núcleos Docentes Estruturante (NDE) e colegiado de curso. Integrou os Conselhos Estaduais de Educação, Cultura e Desportos em Santa Catarina.

Militou no “staff” da Assembleia Constituinte de Santa Catarina, Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Tribunal de Contas de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado da Fazenda.

É avaliador científico de projetos, eventos, editoras e periódicos. Consultor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação (BASIs), Banco Nacional de Itens (BNI), Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC) e Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

É vogal das seguintes instituições: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração (ANPAD), Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB), Associação Nacional de Pesquisa de Pós-Graduação em Música (ANPPOM) e Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas. (ABRACE).

Deu a lume a 69 livros, 165 capítulos de livros e 426 artigos científicos.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6663595207403860>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3916-972X>

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1.....	10
<i>TURISMO E SUAS QUATRO ABORDAGENS: Economia, Filosofia, História e Sociologia</i>	
CAPÍTULO 2.....	26
<i>ECONOMIA DO TURISMO: contributo para o desenvolvimento sustentável</i>	
CAPÍTULO 3.....	40
<i>O DIA DO TURISTA – OBJETO DE REFLEXÃO</i>	
CAPÍTULO 4.....	44
<i>TURISMO E SAÚDE</i>	
CAPÍTULO 5.....	48
<i>TURISMO - INSTRUMENTO DE SAÚDE MENTAL</i>	
CAPÍTULO 6.....	51
<i>TURISMO – O PARADIGMA ECOLÓGICO</i>	
CAPÍTULO 7.....	55
<i>TURISMO CULTURAL EM SANTA CATARINA: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA E O SIGNIFICADO DO CANO DE GUERRA DOS ÍNDIOS CARIJÓS</i>	

1

TURISMO E SUAS QUATRO ABORDAGENS: Economia, Filosofia, História e Sociologia

**TOURISM AND ITS FOUR APPROACHES:
Economics, Philosophy, History and
Sociology**



Resumo

O presente artigo propõe uma análise multidisciplinar do turismo a partir de quatro abordagens teóricas: economia, filosofia, história e sociologia. Na dimensão econômica, o turismo é compreendido como vetor de desenvolvimento e geração de riqueza, mas também como prática que apresenta contradições sociais e ambientais. A filosofia contribui com reflexões sobre o sentido do viajar, as experiências subjetivas e os dilemas existenciais da sociedade contemporânea. A perspectiva histórica evidencia a evolução do turismo desde as peregrinações religiosas até o turismo de massa e sua relação com processos de patrimonialização. Já a sociologia analisa o turismo como prática social marcada por desigualdades, distinções simbólicas e dinâmicas de poder. Ao integrar essas abordagens, o artigo reforça a necessidade de compreender o turismo para além de seu valor econômico, reconhecendo-o como fenômeno complexo, culturalmente construído e socialmente estruturado. Conclui-se que uma visão crítica e integrada do turismo é fundamental para sua gestão ética, sustentável e inclusiva.

Palavras-chave: turismo; multidisciplinaridade; cultura; sociedade.

Abstract

This article proposes a multidisciplinary analysis of tourism based on four theoretical approaches: economics, philosophy, history, and sociology. From an economic standpoint, tourism is seen as a driver of development and wealth generation, but also as a practice that presents social and environmental contradictions. Philosophy offers reflections on the meaning of travel, subjective experiences, and the existential dilemmas of contemporary society. The historical perspective highlights the evolution of tourism from religious pilgrimages to mass tourism and its connection with heritage processes. Sociology, in turn, analyzes tourism as a social practice marked by inequalities, symbolic distinctions, and power dynamics. By integrating these approaches, the article emphasizes the need to understand tourism beyond its economic value, recognizing it as a complex, culturally constructed, and socially structured phenomenon. It concludes that a critical and integrated perspective is essential for ethical, sustainable, and inclusive tourism management.

Keywords: tourism; multidisciplinary; culture; society.

1 INTRODUÇÃO

O turismo, enquanto fenômeno social, econômico, cultural e simbólico, tem se destacado nas últimas décadas como um dos setores mais dinâmicos do cenário global. Muito além de uma simples atividade recreativa ou prática de lazer, o turismo contemporâneo é um campo de múltiplas dimensões, capaz de movimentar economias inteiras, transformar paisagens, moldar subjetividades e redesenhar relações interculturais.

Sua amplitude conceitual e prática exige abordagens que transcendam o viés técnico ou instrumental, exigindo análises mais amplas, críticas e interdisciplinares.

Tradicionalmente associado à mobilidade humana motivada por interesses diversos — lazer, negócios, religião, estudos, entre outros — o turismo se consolidou como um setor estratégico na estrutura socioeconômica de muitos países, com implicações diretas na geração de renda, emprego, intercâmbio cultural e desenvolvimento regional.

No entanto, o crescimento do turismo também suscita reflexões sobre seus impactos sociais, ambientais e culturais, além de provocar debates sobre o sentido do viajar na contemporaneidade, especialmente em um mundo cada vez mais globalizado, conectado e atravessado por tensões entre autenticidade e mercantilização.

Em face tal complexidade, este artigo propõe uma análise do turismo sob quatro lentes teóricas distintas — economia, filosofia, história e sociologia — buscando compreender como essas áreas do conhecimento contribuem para a compreensão crítica e integrada do fenômeno turístico. Tal proposta parte do reconhecimento de que o turismo não é um campo unívoco ou restrito a uma única área de estudo, mas sim uma prática humana multifacetada, cujos efeitos e significados ultrapassam os limites do setor produtivo ou da indústria de serviços.

Do ponto de vista econômico, o turismo é frequentemente analisado com base em sua contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB), geração de emprego, balança comercial e investimentos. É compreendido como parte de uma cadeia produtiva interligada a diversos setores — transportes, hotelaria, gastronomia, entretenimento — com capacidade de dinamizar economias locais e nacionais.

No entanto, é também alvo de críticas quanto à precarização das relações de trabalho, à gentrificação de territórios turísticos e à sobrecarga dos recursos naturais, o que exige uma abordagem crítica pautada no desenvolvimento sustentável.

Na esfera filosófica, o turismo revela-se como uma experiência existencial que

remete ao desejo humano de deslocar-se, conhecer o outro e refletir sobre si mesmo. A viagem pode ser entendida como uma busca por sentido, como experiência estética ou como prática ética de encontro com a alteridade.

Pensadores contemporâneos como Alain de Botton e Byung-Chul Han abordam o turismo como reflexo das angústias modernas, da estetização do cotidiano e da tentativa de preencher o vazio existencial por meio da mobilidade. A filosofia, nesse sentido, oferece ferramentas conceituais para interpretar os sentidos subjetivos do ato de viajar, questionando os valores que sustentam a cultura do turismo na sociedade capitalista tardia.

A abordagem histórica, por sua vez, permite compreender como o turismo foi se transformando ao longo do tempo, desde as peregrinações religiosas da Antiguidade e da Idade Média, passando pelos Grand Tours aristocráticos da modernidade europeia, até a massificação das viagens a partir do século XX.

O turismo carrega consigo marcas do tempo, da memória coletiva e dos processos de patrimonialização, sendo também uma chave para entender as relações entre identidade, herança cultural e representação do passado. Nesse sentido, a história do turismo é também a história das formas como diferentes sociedades atribuem sentido ao espaço, à mobilidade e ao encontro com o outro.

Por final, a Sociologia oferece um instrumental analítico crucial para compreender o turismo como prática social e fenômeno cultural. Conceitos como “olhar do turista” (John Urry), mobilidade simbólica, consumo de experiências e distinção social (Bourdieu) possibilitam explorar as dinâmicas de classe, gênero, raça e poder presentes nas práticas turísticas.

Destarte, o turismo se configura em área onde se expressam desigualdades sociais, modos de vida e estratégias de construção de status, sendo simultaneamente um produto e um produtor de significados sociais.

Por conseguinte, este artigo parte da premissa de que uma análise abrangente do turismo requer o diálogo entre diferentes disciplinas e abordagens teóricas. Ao explorar as interfaces entre economia, filosofia, história e sociologia, pretende-se não apenas mapear as contribuições específicas de cada campo, mas também identificar possíveis intersecções, contradições e complementaridades entre elas.

Trata-se de um exercício de reflexão crítica e epistemológica sobre o turismo enquanto prática humana complexa, que envolve tanto estruturas objetivas quanto dimensões subjetivas, simbólicas e culturais.

A seguir, cada uma dessas abordagens será examinada em suas especificidades, a fim de contribuir para uma compreensão mais profunda, crítica e integrada do turismo na contemporaneidade.

2 TURISMO E ECONOMIA

O turismo ocupa um papel estratégico nas economias contemporâneas, sendo reconhecido como uma das atividades econômicas mais dinâmicas e diversificadas do século XXI. Caracterizado por seu caráter transversal, o setor turístico articula uma vasta cadeia produtiva que envolve transportes, hospedagem, alimentação, lazer, cultura, comércio e serviços diversos. Essa amplitude o torna não apenas um gerador de receitas e empregos, mas também um vetor de desenvolvimento regional e nacional (Beni, 2007).

A compreensão econômica do turismo exige, portanto, uma análise aprofundada de seus mecanismos de funcionamento, seus impactos macro e microeconômicos e os desafios que emergem de sua crescente importância no contexto global.

Do ponto de vista clássico, o turismo começou a ser pensado como objeto econômico com maior ênfase a partir do século XX. Hunziker e Krapf (1942 apud Beni, 2007) definiram o turismo como o conjunto das relações e fenômenos decorrentes da viagem e da permanência de pessoas em locais diferentes do seu ambiente habitual, desde que não esteja ligada a uma atividade remunerada naquele local.

Tal concepção permitiu visualizar o turismo como um sistema econômico com fluxos próprios de consumo e produção, cujos efeitos podem ser medidos a partir de indicadores como Produto Interno Bruto (PIB), geração de emprego, arrecadação fiscal, investimentos diretos e balança de pagamentos.

Beni (2007), um dos principais estudiosos do turismo na América Latina, defende que “a atividade turística pode e deve ser compreendida como um sistema econômico aberto e dinâmico”, uma vez que interage com os demais setores produtivos de forma direta e indireta. Nesse sentido, o turismo não apenas consome recursos e serviços, mas também os ativa, estimula e reorganiza, contribuindo para a diversificação econômica e o fortalecimento de economias locais.

Segundo dados da Organização Mundial do Turismo (UNWTO, 2023), o turismo internacional foi responsável por mais de 1,3 trilhão de dólares em receitas globais em 2022, com cerca de 960 milhões de chegadas internacionais, sinalizando uma retomada expressiva após a crise sanitária provocada pela COVID-19. Esses números destacam a resiliência e a centralidade do setor no comércio de serviços, sobretudo para países em desenvolvimento, cujas economias são mais dependentes do fluxo de visitantes estrangeiros.

No Brasil, o turismo representou, em 2023, cerca de 7,8% do PIB, com forte participação nos segmentos de transporte aéreo, hotelaria e gastronomia (MTur, 2024).

Contudo, a análise econômica do turismo não deve restringir-se aos benefícios agregados. É necessário considerar também os efeitos adversos e as assimetrias

geradas por seu crescimento desordenado. Dentre os principais desafios estão a sazonalidade da demanda, que afeta a estabilidade do emprego; a informalidade no setor; a pressão sobre recursos naturais e infraestruturas urbanas; e os processos de gentrificação e deslocamento populacional em áreas turísticas consolidadas (Turchi; Kistemann, 2017).

Nesse contexto, ganha relevância o conceito de turismo sustentável, que propõe um modelo de desenvolvimento baseado no equilíbrio entre os pilares econômico, social e ambiental. A Declaração de Quebec sobre Ecoturismo (2002) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 8 (“Trabalho decente e crescimento econômico”) e o ODS 12 (“Consumo e produção responsáveis”), reafirmam a necessidade de políticas públicas e empresariais que articulem geração de riqueza com responsabilidade ambiental e inclusão social (ONU, 2015).

Cooper *et al.* (2020) alertam que o crescimento do turismo deve ser acompanhado por mecanismos regulatórios e de planejamento que impeçam sua banalização e esgotamento. A “turismofobia”, termo popularizado nos últimos anos para descrever a reação negativa de populações locais diante da pressão turística excessiva, expressa uma externalidade negativa do modelo econômico voltado exclusivamente para o crescimento do fluxo de turistas, sem considerar os limites da capacidade de carga dos destinos.

Por outro lado, o turismo também pode ser uma alavanca para o desenvolvimento regional equilibrado, sobretudo em áreas com baixa industrialização. Nesse caso, o enfoque no turismo comunitário, no agroturismo e no turismo de base local pode fomentar circuitos econômicos mais justos e sustentáveis. Trigo (2012) destaca que a diversificação da oferta turística e a valorização de saberes e práticas locais são estratégias eficazes para gerar renda, promover inclusão e evitar a homogeneização cultural dos destinos.

No campo das políticas públicas, o papel do Estado é central para criar condições institucionais, normativas e infraestruturais adequadas ao desenvolvimento do setor. A formulação de planos diretores de turismo, a qualificação profissional dos trabalhadores, os incentivos fiscais e a estruturação de destinos são aspectos fundamentais para uma economia turística competitiva e responsável (Brasil, 2018).

O papel das parcerias público-privadas também tem sido destacado como vetor de inovação e eficiência na gestão do turismo, sobretudo em contextos de restrição fiscal.

Cooper (2020) compreende que a abordagem econômica do turismo revela uma atividade de elevada complexidade, com potencial transformador, mas tam-

bém com riscos consideráveis. A centralidade do turismo nas economias atuais exige uma leitura crítica de seus mecanismos de funcionamento e de seus impactos.

O equilíbrio entre crescimento econômico, justiça social e sustentabilidade ambiental é um imperativo para que o turismo se consolide como vetor de desenvolvimento e não como agente de exclusão e degradação.

3 TURISMO E FILOSOFIA

O turismo, quando observado a partir da filosofia, revela uma dimensão muitas vezes negligenciada: a busca de sentido, o encontro com o outro e a reflexão sobre a própria existência. Mais do que deslocamentos espaciais, as viagens turísticas envolvem experiências subjetivas que tocam aspectos éticos, estéticos, ontológicos e até espirituais (Ben, 2007).

Por conseguinte, o fenômeno turístico não pode ser pensado apenas como um ato de consumo, mas como uma prática simbólica e existencial. A filosofia contribui para ampliar a compreensão do turismo como experiência humana fundamental, vinculada a antigos dilemas da condição humana, como o desejo de conhecer, o impulso da fuga, o anseio pela liberdade e o reconhecimento da alteridade.

Desde a Antiguidade, o deslocamento geográfico foi associado à transformação interior. Em Platão, por exemplo, encontramos o mito da caverna como uma metáfora do sair — da ignorância, da escuridão — para ver a luz, o mundo das ideias. Esse movimento pode ser entendido como um arquétipo da viagem filosófica, que não visa apenas o exterior, mas, sobretudo, o autoconhecimento.

A filosofia estoica também enfatizava o afastamento do mundo ordinário como meio de alcançar a sabedoria, o que se conecta diretamente com práticas contemporâneas de turismo voltadas ao retiro, ao silêncio e à introspecção (Levinas, 1993; Onfray, 2011).

No âmbito da ética, o turismo pode ser interpretado como um exercício de alteridade. Levinas (1993) afirma que o encontro com o outro é a condição fundamental da ética, pois é no rosto do outro que nos reconhecemos como responsáveis. Nesse sentido, o turismo envolve implicações éticas relevantes: como nos relacionamos com os habitantes dos lugares que visitamos? Como tratamos suas culturas, seus modos de vida, suas paisagens?

Buber (2001), ao propor a relação “Eu-Tu” em contraposição à relação “Eu-Isso”, também inspira uma leitura do turismo como prática de escuta e diálogo, e não de dominação ou objetificação do outro.

A questão estética também é central no turismo. O viajante é, muitas vezes,

motivado pela busca de paisagens consideradas belas, autênticas, diferentes daquelas que compõem seu cotidiano. Nesse contexto, Botton (2009), em *A arte de viajar*, propõe uma reflexão sobre como o ato de viajar está intrinsecamente ligado ao olhar, à expectativa e à percepção estética.

Para o autor, muitas vezes projetamos nos destinos o ideal de felicidade, e essa projeção pode levar tanto à frustração quanto à descoberta. Ele afirma: “Viajamos, inicialmente, para perder-nos; viajamos, depois, para encontrar-nos”.

Na contemporaneidade, o turismo tornou-se também expressão da sociedade de consumo e da lógica da performance. Han (2017), ao analisar a cultura do desempenho e da transparência, aponta que o excesso de estímulos visuais e informacionais pode resultar em uma “violência da positividade”, em que o viajante não mais contempla, mas apenas consome experiências.

Isso ressignifica o próprio sentido da viagem, tornando-a um produto a ser exibido em redes sociais, em detrimento de uma vivência autêntica. O filósofo denuncia o esvaziamento da experiência contemporânea, afirmando que “o turista não vê, fotografa”.

Do ponto de vista existencial, o turismo pode ser visto como um movimento de busca. Kierkegaard (2011) já alertava que o homem moderno vive em constante inquietação, tentando escapar de si mesmo. Para alguns autores contemporâneos, a viagem seria uma forma de confrontar essa angústia existencial. O deslocamento geográfico tornaria possível o questionamento de hábitos, valores e certezas, num processo de “estranhamento” que, segundo Heidegger (2002), é essencial para a superação da condição de inautenticidade.

Outra abordagem interessante dimana de Onfray (2011), que propõe uma filosofia do nomadismo e do hedonismo, em que o corpo e os sentidos desempenham papel central. Para ele, a viagem deve ser vivida com intensidade, como oportunidade de expansão da sensibilidade e do prazer, em contraposição à vida regrada e disciplinada das sociedades ocidentais. O turismo, nesse sentido, é também um ato político de subversão do tempo produtivo e da normatividade do cotidiano.

Diante dessas abordagens, é possível perceber que a filosofia ajuda a pensar criticamente o turismo e apresenta dimensões ocultas ou invisíveis de sua prática. Levinas (1993) compreende que, deslocar o olhar para os sentidos profundos da viagem, para as relações éticas que ela implica, permite observar a estética do olhar e para os dilemas existenciais contemporâneos, a filosofia contribui para uma reconceituação do turismo, afastando-o da lógica puramente mercantil e aproximando-o de uma vivência mais humana, consciente e reflexiva.

Nesse sentido, pensar o turismo filosoficamente é redimensioná-lo como uma prática que envolve valores, escolhas e modos de vida, conforme afirma Han

(2017). É entender que viajar não é apenas deslocar-se no espaço, mas é também — e talvez principalmente — uma forma de deslocamento interior, de abertura ao novo, ao outro e a si mesmo. Em tempos de aceleração e superficialidade, a filosofia pode inspirar uma ética do viajar mais sensível, mais lenta e mais comprometida com a profundidade da experiência.

4 TURISMO E HISTÓRIA

A história do turismo é inseparável da própria história da mobilidade humana. Desde as antigas peregrinações religiosas até o turismo de massa contemporâneo, as motivações para viajar mudaram, assim como as formas, os meios e os significados atribuídos ao deslocamento (Cohen, 1988).

A abordagem histórica permite compreender o turismo não como um fenômeno recente ou isolado, mas como uma construção social que se transformou ao longo do tempo, expressando valores culturais, relações de poder e representações simbólicas de cada época. O turismo, assim, é tanto produto quanto produtor de historicidade.

Na Antiguidade, as viagens estavam associadas majoritariamente a motivos religiosos, comerciais ou militares. As peregrinações, como as que ocorriam no Egito antigo ou na Índia védica, exemplificam deslocamentos que transcendiam o utilitarismo econômico, sendo carregados de simbolismo e espiritualidade. Na Grécia e em Roma, também se registram formas embrionárias de lazer, como visitas a estâncias termais e a cidades costeiras.

Segundo Casson (1994), a elite romana viajava não apenas por negócios ou guerras, mas também por prazer, visitando locais considerados “culturalmente refinados” — um traço que antecipa o conceito moderno de turismo cultural.

Na Idade Média europeia, as peregrinações cristãs assumiram papel central, com destaque para os trajetos até Roma, Jerusalém e Santiago de Compostela. Essas viagens religiosas implicavam longos deslocamentos e serviam como instrumentos de penitência, fé e transformação espiritual.

De acordo com Le Goff (1990), o tempo da peregrinação era diferente do tempo ordinário: “o peregrino saía do mundo para se transformar, buscando o eterno no transitório”. Tal concepção confere ao turismo medieval um sentido que extrapola o entretenimento — era uma jornada interior.

Com o Renascimento e o Iluminismo, emerge uma nova lógica de viagem ligada à formação intelectual da elite: o chamado *Grand Tour*. Praticado principalmente por jovens aristocratas britânicos entre os séculos XVII e XIX, o *Grand Tour* era uma espécie de rito de passagem, no qual o viajante percorria as capitais da

cultura europeia — Paris, Veneza, Florença, Roma — em busca de erudição, refinamento estético e contato com as raízes da civilização clássica.

Segundo Towner (1985), esse tipo de viagem consolidou o modelo eurocêntrico de turismo cultural, influenciando profundamente a forma como a história e o patrimônio passaram a ser consumidos posteriormente.

A Revolução Industrial e a modernização dos meios de transporte (ferrovias, navios a vapor, depois o automóvel e o avião) foram fatores decisivos para a ampliação do turismo. A partir do século XIX, a ascensão da burguesia e a consolidação do tempo livre regulamentado — fruto das lutas sociais por jornadas de trabalho reduzidas — possibilitaram que novos segmentos sociais pudessem viajar.

Nesse contexto, figuras como Thomas Cook (1808–1892) profissionalizaram o setor, organizando pacotes turísticos e promovendo excursões acessíveis a uma classe média em expansão. Cook é considerado o “pai do turismo moderno” por ter transformado a viagem em mercadoria sistematizada e repetível, inaugurando o turismo de massa (Casson, 1994).

No século XX, o turismo consolidou-se como fenômeno de massas, favorecido pela urbanização, pelo aumento da renda média, pelo crescimento dos transportes e pela cultura do lazer. Após a Segunda Guerra Mundial, especialmente com a consolidação do modelo fordista de produção e consumo, o turismo passou a ser incentivado como direito social nos países industrializados.

O “turismo social”, promovido por sindicatos e governos europeus, visava democratizar o acesso ao lazer, aproximando o trabalhador do bem-estar e da cultura. No entanto, como alerta Urry (2001), o turismo de massa também gerou novos problemas: degradação ambiental, homogeneização cultural e mercantilização do patrimônio.

A partir da década de 1970, com a crise do modelo industrial e o avanço do neoliberalismo, o turismo passa por uma reconfiguração significativa. Surgem novos nichos e tendências, como o ecoturismo, o turismo rural, o turismo de experiência e o turismo de base comunitária. Ao mesmo tempo, o discurso da “autenticidade” e da “busca por sentido” ganha força, transformando o turista em consumidor de experiências singulares, conforme apontam MacCannell (1976) e Cohen (1988).

Esses autores destacam que a motivação turística moderna é cada vez mais marcada pela nostalgia, pela busca do “autêntico” e pela construção de identidades — pessoais e coletivas — a partir da vivência do outro.

O turismo, nesse sentido, torna-se também um meio de narrar a história. Cidades inteiras passam a ser “museificadas”, ou seja, organizadas de forma a valorizar sua memória e atrair visitantes. Nora (1993) discute os *lugares de memória* como construções simbólicas em que a história é reconfigurada para se tornar atrativa,

visual e rentável. Monumentos, centros históricos e festas populares são muitas vezes reinterpretados para se adequarem às expectativas dos turistas, o que pode provocar distorções e apagamentos culturais.

Por outro lado, a valorização do patrimônio histórico tem impulsionado políticas de preservação e fortalecimento identitário. A atuação da UNESCO, com sua lista de patrimônios mundiais da humanidade, exemplifica essa tentativa de proteger e promover o legado histórico das nações. No entanto, essa valorização nem sempre é neutra. Há críticas de que a patrimonialização pode reforçar narrativas hegemônicas e excluir visões alternativas ou contra-hegemônicas da história.

Em face disso, autores como Bhabha (1998) propõem pensar o turismo histórico em chave pós-colonial, sensível à pluralidade de vozes e à descolonização da memória.

Outrossim, é importante destacar que o turismo também tem sido objeto de estudo da história como disciplina. A historiografia do turismo tem crescido nas últimas décadas, com ênfase em temas como os fluxos migratórios temporários, o papel da mulher turista, a relação entre turismo e nacionalismo, entre outros.

Urry (2001) observa que a história do turismo é, assim, uma chave privilegiada para compreender as transformações culturais, sociais e políticas da modernidade, evidenciando como a prática de viajar está intimamente ligada à construção do mundo contemporâneo.

Em última análise, a abordagem histórica do turismo permite perceber que as viagens não são práticas neutras, mas construções históricas que expressam e moldam valores, relações de poder e modos de vida.

Por final, a compreensão das origens e transformações do turismo é essencial para refletir criticamente sobre seu papel atual e suas potencialidades futuras, sobretudo em um cenário global marcado por tensões entre preservação e consumo, memória e espetáculo, tradição e inovação.

5 TURISMO E SOCIOLOGIA

O turismo, enquanto fenômeno social, é um campo de intensa produção simbólica e de múltiplas interações culturais, econômicas e políticas. Sua análise sociológica permite compreender como os deslocamentos motivados pelo lazer são perpassados por dinâmicas de classe, consumo, “status”, identidade e poder.

Para além da simples mobilidade geográfica, o turismo revela-se como prática estruturada por padrões sociais e culturais que moldam as relações entre sujeitos, espaços e significados (Hollinshead, 2004). Nesse sentido, o olhar sociológico sobre o turismo é essencial para desvendar suas funções, contradições e impactos na

sociedade contemporânea.

Desde os primeiros estudos sobre o lazer e o tempo livre — como os realizados por Veblen (1899) — o ato de viajar foi associado à distinção social. Em *A teoria da classe ociosa*, Veblen argumenta que as práticas de consumo visível, incluindo as viagens, funcionam como marcadores de status, permitindo que determinados grupos sociais exibam seu capital econômico e cultural.

O turismo, nesse contexto, deixa de ser apenas uma experiência individual para se tornar uma prática estruturada socialmente, que reforça hierarquias e desigualdades.

Bourdieu (2007), por sua vez, ao desenvolver os conceitos de “habitus” e “capital cultural”, demonstra que o gosto por determinados tipos de turismo — como o ecológico, o cultural, o de aventura ou o de luxo — está relacionado à origem social do indivíduo e ao seu posicionamento no espaço social. Assim, o turismo opera como um espaço de diferenciação simbólica, em que os sujeitos escolhem destinos e formas de viajar que reforcem sua identidade de classe, seus valores e suas aspirações. O turista não consome apenas paisagens, mas também estilos de vida.

Um dos principais teóricos da sociologia do turismo, Urry (2001), propôs o conceito de *tourist gaze* (olhar do turista) para explicar como a experiência turística é mediada por expectativas culturais e por construções sociais do olhar.

Para Urry (2001), o turista busca aquilo que é “diferente”, “exótico”, “autêntico”, mas essa busca é, em grande medida, moldada por imagens pré-construídas — por guias, propagandas, mídias e discursos hegemônicos — que determinam o que deve ser visto, fotografado e lembrado. O turismo, portanto, não é apenas uma prática de deslocamento físico, mas uma forma de percepção treinada socialmente.

Nesse sentido, a experiência turística é uma prática ritualizada, em que o turista encena papéis e assume posturas próprias de sua cultura de origem. MacCannell (1976), outro autor central para a sociologia do turismo, afirma que a motivação do turista moderno está enraizada em uma “busca pelo autêntico”, como resposta à artificialidade da vida urbana e à fragmentação da modernidade.

No entanto, essa busca frequentemente leva a uma “encenação da autenticidade”, em que os locais visitados adaptam suas expressões culturais para corresponder às expectativas do visitante. Surge, assim, uma tensão entre o turismo como meio de encontro intercultural e o turismo como consumo de espetáculos culturais previamente roteirizados.

Do ponto de vista estrutural, o turismo também reflete e reproduz desigualdades globais. A mobilidade internacional não é um direito universal, mas um

privilégio restrito a determinadas classes sociais e nacionalidades.

Segundo Bauman (1999), vivemos em uma sociedade de “turistas e vagabundos”, em que os primeiros representam os indivíduos dotados de liberdade de deslocamento, capital e passaporte valorizado, enquanto os segundos simbolizam os imobilizados, os excluídos da globalização. Nessa ótica, o turismo é um vetor que explicita as fronteiras da cidadania e os limites da inclusão social no mundo contemporâneo.

Outro elemento relevante da análise sociológica diz respeito à relação entre turismo e identidade. As viagens são frequentemente utilizadas como mecanismos de construção ou reafirmação identitária, tanto no plano individual quanto no coletivo. O turista busca não apenas conhecer o outro, mas também afirmar sua própria identidade, muitas vezes através da diferenciação.

Como afirma Cohen (1988), o turismo pode ser compreendido como uma forma de “jornada existencial”, na qual o sujeito se distancia de sua rotina para buscar experiências significativas que lhe permitam ressignificar sua vida e seus vínculos sociais.

Ademais disso, o turismo contribui para a reprodução de estigmas e estereótipos. A representação de povos e culturas como “exóticos”, “primitivos” ou “folclóricos” pode reforçar visões coloniais e racistas, alimentando relações desiguais entre visitantes e visitados. Nesse contexto, a sociologia crítica propõe pensar o turismo em chave pós-colonial, analisando como ele participa da construção de alteridades subordinadas e da mercantilização das diferenças culturais (Hollinshead, 2004).

O debate sobre o etnoturismo, à guisa de exemplo, revela como práticas turísticas podem se apropriar de expressões culturais indígenas ou africanas de modo descontextualizado e lucrativo, sem o devido protagonismo das comunidades envolvidas.

As práticas turísticas também dialogam com os modos de produção do tempo e do espaço na modernidade. Harvey (1992) destaca que o capitalismo contemporâneo reorganiza o tempo e o espaço por meio da compressão espaço-tempo, fenômeno em que as distâncias se encurtam simbolicamente em função da velocidade das tecnologias e da circulação de informações.

Destarte, pode-se entender que o turismo intensifica esse processo ao transformar o mundo em um grande mercado de experiências, em que tudo pode ser visitado, fotografado e consumido rapidamente. Tal lógica, embora promova acesso, também pode gerar esvaziamento do sentido e superficialidade das vivências.

Finalmente, a Sociologia contribui para o debate sobre a sustentabilidade social do turismo. A chamada “turismofobia”, conforme argumentam Ponath e Oli-

veira (2019), que se manifesta em diversas cidades do mundo — como Veneza, Barcelona ou Amsterdã — evidencia o tensionamento entre moradores e turistas. O excesso de visitantes pode resultar em inflação, expulsão de populações locais, degradação do patrimônio e perda da identidade dos territórios.

Para evitar tais conflitos, torna-se fundamental pensar o turismo de forma participativa e democrática, incorporando as comunidades locais como agentes ativos na gestão dos fluxos turísticos e na preservação de suas culturas.

Destarte, a abordagem sociológica do turismo permite compreender o fenômeno em sua complexidade estrutural, simbólica e relacional. Conforme observa Hollinshead (2004), o turismo não é somente uma atividade econômica ou cultural, mas uma prática social que envolve questões profundas sobre desigualdade, identidade, poder, representação e pertencimento.

Destarte, reconhecer esses aspectos se configura em condição essencial para construir um turismo mais ético, consciente e transformador.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do turismo a partir de quatro abordagens — econômica, filosófica, histórica e sociológica — permite reconhecer a complexidade e a riqueza deste fenômeno que atravessa múltiplas dimensões da vida humana. Ao ser compreendido para além de sua funcionalidade imediata como setor produtivo, o turismo revela-se como campo de experiências subjetivas, práticas simbólicas, construções históricas e relações sociais.

Essa abordagem multidisciplinar reafirma a necessidade de ampliar os horizontes teóricos e metodológicos no estudo do turismo, rompendo com visões reducionistas ou excessivamente instrumentalizadas.

Sob a ótica econômica, o turismo mostra-se como motor de desenvolvimento, capaz de dinamizar cadeias produtivas, gerar emprego e promover inclusão regional. No entanto, essa dimensão não pode ser dissociada de suas contradições, como a precarização do trabalho, a pressão sobre recursos naturais e os riscos da turistificação excessiva.

De outro vértice a filosofia nos convida a refletir sobre o sentido de viajar, problematizando os modos de existir, as relações com o tempo e o outro, e a estetização da experiência, muitas vezes capturada pela lógica do consumo.

O resgate histórico do turismo evidencia que ele não é um fenômeno recente, mas uma prática em constante transformação, marcada por contextos políticos, culturais e sociais específicos. Da peregrinação medieval ao turismo de massa, passando pelo *Grand Tour* e pela globalização, cada fase revela diferentes usos e

sentidos atribuídos ao deslocamento.

A Sociologia, por sua vez, oferece um olhar crítico sobre o turismo como prática social estruturada por desigualdades, distinções simbólicas e representações culturais, revelando como os modos de viajar refletem — e ao mesmo tempo reproduzem — padrões de poder, classe e identidade.

A integração dessas abordagens contribui para uma compreensão mais ampla do turismo, permitindo que ele seja pensado como fenômeno transversal que exige planejamento crítico, ética intercultural e valorização das culturas locais. Políticas públicas, práticas empresariais e iniciativas comunitárias podem se beneficiar dessa perspectiva ampliada para construir formas mais justas, sustentáveis e sensíveis de turismo, capazes de respeitar a diversidade e promover encontros significativos entre sujeitos e territórios.

Por conseguinte, pensar o turismo de forma multidisciplinar não é uma exigência epistemológica, mas uma necessidade concreta diante dos desafios contemporâneos. Em um mundo marcado por crises ambientais, desigualdades globais e aceleradas transformações culturais, o turismo pode ser um espaço privilegiado de reflexão e ação.

Em epítome, ao transitar entre economia, filosofia, história e sociologia, o presente estudo aponta caminhos para a construção de um turismo mais consciente, crítico e comprometido com a dignidade humana e com o respeito às singularidades culturais.

REFERÊNCIAS

- BENI, Mário Carlos. *Análise estrutural do turismo*. 15. ed. São Paulo: SENAC, 2007.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BOTTON, Alain de. *A arte de viajar*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo 2018–2022: mais emprego, renda e inclusão social*. Brasília: MTur, 2018.
- BUBER, Martin. *Eu e Tu*. São Paulo: Centauro, 2001.
- CASSON, Lionel. *Travel in the ancient world*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1994.
- COHEN, Erik. Authenticity and commoditization in tourism. *Annals of Tourism Research*, v. 15, n. 3, p. 371-386, 1988.
- COOPER, Chris et al. *Turismo: princípios e prática*. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2020.
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

- KIERKEGAARD, Søren. *O desespero humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- LE GOFF, Jacques. *O nascimento do purgatório*. Lisboa: Estampa, 1990.
- LEVINAS, Emmanuel. *Totalidade e infinito: ensaio sobre a exterioridade*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- MACCANNELL, Dean. *The Tourist: a new theory of the leisure class*. Berkeley: University of California Press, 1976.
- NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1993.
- ONFRAY, Michel. *Teoria da viagem: poética da geografia*. Lisboa: Quasi Edições, 2011.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Nova York: ONU, 2015.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). *International Tourism Highlights – 2023 Edition*. Madrid: UNWTO, 2023.
- PONATH, Joicy Caroliny do Vale; OLIVEIRA, Willian Breno Silva de. Turismofobia, os dois lados da problemática. **Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território**, v. 7, n. 12, p. 42–58, 2019. DOI: 10.26512/revistacenario.v7i12.25477. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistacenario/article/view/25477>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- TOWNER, John. The Grand Tour: A key phase in the history of tourism. *Annals of Tourism Research*, v. 12, n. 3, p. 297-333, 1985.
- TRIGO, Letícia. *Turismo de base comunitária: desenvolvimento e valorização da cultura local*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- TURCHI, Luciana; KISTEMANN, Valéria. *Turismo e sustentabilidade: desafios e perspectivas*. São Paulo: Aleph, 2017.
- URRY, John. *The Tourist Gaze*. 2. ed. London: Sage, 2001.

2



ECONOMIA DO TURISMO: contributo para o desenvolvimento sustentável

**TOURISM ECONOMY: a contribution to
sustainable development**

Resumo

O presente artigo analisa a economia do turismo como um instrumento estratégico para o desenvolvimento sustentável. Parte-se do entendimento de que o turismo é uma atividade econômica multifacetada, com impactos diretos e indiretos sobre o meio ambiente, a cultura e a economia local. Através de revisão bibliográfica, foram abordados os principais conceitos da economia do turismo, sua relação com os princípios do desenvolvimento sustentável e o papel das políticas públicas no planejamento de destinos turísticos sustentáveis. Ainda, discute-se o turismo como vetor de desenvolvimento, com destaque para os desafios e contradições que dificultam sua plena integração aos objetivos de sustentabilidade. Conclui-se que, para que o turismo contribua efetivamente com o desenvolvimento sustentável, é necessário adotar estratégias integradas, participativas e de longo prazo, alinhadas à conservação ambiental, à justiça social e à valorização cultural.

Palavras-chave: turismo; economia do turismo; desenvolvimento sustentável; políticas públicas; planejamento turístico.

Abstract

This article analyzes the tourism economy as a strategic tool for sustainable development. It is based on the understanding that tourism is a multifaceted economic activity, with direct and indirect impacts on the environment, culture, and local economy. Through a literature review, the main concepts of tourism economy, its relationship with the principles of sustainable development, and the role of public policies in the planning of sustainable tourist destinations are addressed. Furthermore, tourism is discussed as a vector of development, highlighting the challenges and contradictions that hinder its full integration with sustainability goals. The study concludes that, for tourism to effectively contribute to sustainable development, integrated, participatory, and long-term strategies must be adopted, aligned with environmental conservation, social justice, and cultural appreciation.

Keywords: tourism; tourism economy; sustainable development; public policies; tourism planning.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o turismo tem se consolidado como uma das atividades econômicas mais dinâmicas e promissoras no cenário global. Segundo dados da Organização Mundial do Turismo (OMT), essa indústria representa cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial e é responsável por uma em cada dez vagas de trabalho no mundo. No entanto, o crescimento acelerado do turismo tem provocado uma série de impactos ambientais, socioculturais e econômicos, que colocam em evidência a necessidade de se repensar os modelos tradicionais de desenvolvimento turístico. Neste contexto, emerge o conceito de turismo sustentável como uma resposta à busca por um equilíbrio entre a exploração econômica da atividade e a preservação dos recursos naturais e culturais.

O turismo, quando bem planejado e gerido, pode ser um poderoso motor para o desenvolvimento sustentável. Ele é capaz de gerar emprego e renda, promover o desenvolvimento regional, estimular o empreendedorismo local e valorizar a cultura e o meio ambiente. Por outro lado, a exploração desordenada dessa atividade pode resultar em degradação ambiental, exclusão social, aumento da desigualdade e perda da identidade cultural. Dessa forma, compreender a economia do turismo sob a ótica da sustentabilidade torna-se essencial para gestores públicos, empresários, pesquisadores e comunidades envolvidas.

A economia do turismo se caracteriza por sua natureza transversal e complexa, envolvendo setores diversos como transporte, hospedagem, alimentação, cultura, lazer e serviços. Seu impacto econômico não se restringe apenas aos locais turísticos, mas se estende a várias camadas da economia, o que reforça sua importância estratégica nos planos de desenvolvimento. No entanto, ainda são muitos os desafios para que essa contribuição se dê de forma efetiva e duradoura, especialmente em países em desenvolvimento, onde o turismo muitas vezes é explorado de maneira predatória ou sem planejamento adequado.

Este artigo tem como objetivo principal analisar o contributo da economia do turismo para o desenvolvimento sustentável, destacando seus potenciais, desafios e contradições. Parte-se da hipótese de que o turismo, quando alinhado a princípios sustentáveis, pode desempenhar um papel significativo na construção de sociedades mais justas, inclusivas e ambientalmente equilibradas. Para isso, será realizada uma revisão de literatura que abrange conceitos fundamentais da economia do turismo, as bases teóricas do desenvolvimento sustentável e os principais instrumentos de planejamento e gestão turística.

Ademais disso, serão discutidos exemplos de boas práticas e experiências exitosas de turismo sustentável, de modo a ilustrar como diferentes regiões têm

buscado integrar os interesses econômicos com a preservação ambiental e a valorização sociocultural. Espera-se, com esta análise, contribuir para a ampliação do debate acadêmico e político sobre o papel do turismo na promoção de um desenvolvimento que vá além do crescimento econômico, considerando as múltiplas dimensões da sustentabilidade.

2 CONCEITOS DE ECONOMIA DO TURISMO

A economia do turismo é um campo interdisciplinar que se dedica ao estudo dos impactos econômicos gerados pela atividade turística, abrangendo aspectos relacionados à produção, distribuição, consumo e circulação de bens e serviços turísticos. Seu desenvolvimento como área de estudo tem se intensificado desde o século XX, acompanhando o crescimento exponencial do turismo como fenômeno social, cultural e econômico.

Segundo Cooper et al. (2001), a economia do turismo pode ser entendida como a aplicação dos princípios da economia geral ao setor turístico, com o objetivo de analisar como os recursos são alocados, quais são os impactos dessa alocação e como os agentes econômicos se comportam diante das oportunidades e limitações do mercado turístico. Essa perspectiva considera que o turismo não é apenas uma atividade recreativa, mas uma complexa rede de relações produtivas e de consumo que movimenta cadeias de valor interligadas.

De acordo com Tribe (2011), a especificidade da economia do turismo reside no fato de que ela envolve um produto híbrido e intangível, resultado da combinação de experiências, serviços e bens físicos. O consumo turístico, diferentemente de outras formas de consumo, ocorre fora do local de residência do consumidor e pressupõe deslocamento, permanência temporária e uma série de interações econômicas locais. Por isso, o turismo possui forte capacidade de gerar externalidades positivas em múltiplos setores, como transporte, hotelaria, alimentação, comércio e serviços culturais.

Smith (1998) e Dwyer e Forsyth (2006) destacam que a mensuração dos efeitos econômicos do turismo é um dos principais desafios da área. Entre os instrumentos utilizados, destacam-se a conta-satélite do turismo (CST), desenvolvida pela OMT em parceria com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que busca integrar os dados turísticos às contas nacionais dos países. A CST permite calcular indicadores como a contribuição direta, indireta e induzida do turismo no Produto Interno Bruto (PIB), na geração de empregos e nas receitas fiscais.

A análise da demanda turística também é fundamental para a compreensão

da economia do turismo. Essa demanda é influenciada por fatores econômicos, sociais, psicológicos e institucionais, e pode ser analisada sob diversas formas: turística doméstica, internacional, receptiva ou emissiva (Medlik, 2002). A elasticidade-preço da demanda turística, por exemplo, é um conceito amplamente estudado, que revela como alterações no preço afetam a decisão do turista e, por consequência, os fluxos econômicos no destino.

Com a intensificação do debate sobre sustentabilidade, a economia do turismo passou a incorporar variáveis ambientais e sociais às análises tradicionais de mercado. Beni (2006) e Lohmann e Panosso Netto (2017) enfatizam que o desenvolvimento turístico deve ser pensado a partir de um planejamento estratégico que considere os limites ecológicos, o respeito às comunidades locais e a distribuição equitativa dos benefícios econômicos. Assim, o conceito de economia do turismo sustentável emerge como uma resposta aos modelos convencionais de crescimento, propondo uma abordagem integrada, territorial e de longo prazo.

Por fim, estudos recentes têm incorporado a digitalização e a inovação tecnológica como fatores-chave na economia do turismo. A chamada “economia da experiência”, conceituada por Pine e Gilmore (1999), atribui valor econômico à vivência turística, o que tem redefinido os produtos, os mercados e os padrões de consumo. Plataformas digitais, inteligência artificial e big data têm revolucionado a forma como destinos são promovidos, como produtos são ofertados e como o comportamento do consumidor é analisado (Gretzel et al., 2020).

Destarte, a economia do turismo apresenta-se como uma área dinâmica, marcada por múltiplas abordagens e desafios, cuja relevância se acentua na medida em que o turismo se consolida como um dos pilares do desenvolvimento sustentável global.

3 TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O turismo, em sua interface com o desenvolvimento sustentável, tem sido objeto de crescente interesse acadêmico e político, especialmente diante das transformações econômicas, sociais e ambientais que caracterizam o século XXI. O conceito de desenvolvimento sustentável, consagrado pelo Relatório Brundtland, define-se como aquele que “satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades” (World Commission on Environment and Development, 1987). Aplicado ao turismo, esse princípio implica em práticas que promovam benefícios econômicos, respeitem os limites ecológicos e valorizem a cultura e o bem-estar das comunidades locais.

Segundo Hunter (1997), o turismo sustentável não deve ser compreendido

apenas como uma categoria entre outros tipos de turismo, mas como uma diretriz que orienta todas as formas de desenvolvimento turístico. Isso significa que qualquer iniciativa turística — do ecoturismo ao turismo de massa — deve ser avaliada quanto à sua capacidade de gerar impactos positivos e minimizar os negativos. Essa perspectiva sistêmica exige uma gestão integrada e participativa, que envolva os diferentes atores sociais, incluindo governos, setor privado, sociedade civil e comunidades anfitriãs.

A OMT destaca que o turismo sustentável deve atender simultaneamente a três dimensões essenciais: viabilidade econômica, integridade sociocultural e responsabilidade ambiental (UNWTO, 2013). A viabilidade econômica refere-se à geração de empregos, renda e oportunidades de negócios; a integridade sociocultural envolve o respeito às tradições e à identidade das comunidades locais; e a responsabilidade ambiental implica em conservar os ecossistemas, utilizar racionalmente os recursos naturais e reduzir os impactos da atividade turística.

Pensadores como Mowforth e Munt (2009) alertam, contudo, que o discurso da sustentabilidade no turismo muitas vezes é apropriado de forma superficial ou meramente mercadológica, o que resulta em iniciativas rotuladas como “sustentáveis”, mas que, na prática, reproduzem modelos predatórios e excludentes. Essa crítica evidencia a importância de diferenciar o turismo genuinamente sustentável de estratégias de marketing verde (greenwashing), que mascaram práticas insustentáveis sob o rótulo da sustentabilidade.

Por outro lado, existem experiências concretas que demonstram o potencial do turismo como vetor de sustentabilidade. Um exemplo são os programas de turismo comunitário, nos quais as populações locais são protagonistas da atividade, participando da gestão, da prestação de serviços e da repartição dos benefícios. Estudos como os de Scheyvens (1999) e Coriolano (2014) demonstram que o turismo comunitário, quando bem estruturado, pode promover empoderamento social, fortalecimento da identidade cultural e conservação ambiental.

A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reconhece o papel estratégico do turismo para alcançar metas como o crescimento econômico inclusivo (ODS 8), a redução das desigualdades (ODS 10), a promoção de comunidades sustentáveis (ODS 11) e a proteção dos ecossistemas terrestres (ODS 15). A meta 8.9, por exemplo, propõe “elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais” (UN, 2015).

Nesse sentido, o turismo sustentável exige políticas públicas consistentes, planejamento territorial, capacitação técnica e participação social. A adoção de indicadores de sustentabilidade, como aqueles propostos pelo Programa Internacional para o Monitoramento do Turismo Sustentável (INSTO), da OMT, permite

acompanhar e avaliar os impactos da atividade turística em diversas escalas, favorecendo decisões mais informadas e alinhadas ao bem comum (UNWTO, 2021).

Hunter (1997) então compreende que o turismo pode ser um importante alavanca para o desenvolvimento sustentável, desde que suas práticas sejam orientadas por princípios éticos, ecológicos e sociais. O desafio está em transformar o discurso em ação efetiva, por meio de políticas inclusivas, modelos de negócios responsáveis e um compromisso coletivo com o futuro do planeta e das populações que dele dependem.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS E PLANEJAMENTO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL

O planejamento turístico sustentável pressupõe a articulação entre políticas públicas, participação social, conservação ambiental e crescimento econômico. Para que o turismo contribua efetivamente com o desenvolvimento sustentável, é fundamental que as ações do poder público sejam estruturadas em planos de longo prazo, com metas claras, instrumentos legais eficazes e mecanismos de governança participativa (Beni, 2006).

Nesse contexto, políticas públicas adequadas são ferramentas essenciais para ordenar o uso do território, distribuir os benefícios da atividade turística e preservar os recursos socioculturais e naturais.

Segundo Boullón (2002), o planejamento turístico é um processo técnico e político que visa ordenar e otimizar a atividade turística em determinado território, respeitando as especificidades locais e evitando a degradação ambiental e a descaracterização cultural. Para esse autor, o turismo não pode ser encarado apenas como um fenômeno espontâneo e mercadológico, mas como uma atividade que deve ser conduzida com base em diretrizes normativas e critérios de sustentabilidade.

No Brasil, o Ministério do Turismo (MTur) tem formulado políticas para fomentar o turismo sustentável por meio do Plano Nacional de Turismo (PNT). A edição mais recente (2023–2027) define diretrizes que incluem a descentralização da gestão, o estímulo ao turismo regional, o apoio ao turismo de base comunitária e o incentivo à formalização dos empreendimentos turísticos (Brasil, 2022). Tais diretrizes estão alinhadas com os princípios da Agenda 2030 da ONU, especialmente no que tange aos ODS, em que o turismo é apontado como instrumento para geração de trabalho decente, inclusão social e preservação dos recursos naturais.

No entanto, malgrado os avanços normativos, a implementação de políticas públicas voltadas ao turismo sustentável enfrenta diversos desafios no Brasil, como

a descontinuidade administrativa, a baixa capacitação técnica em nível municipal e a fragilidade das estruturas de governança locais. Segundo Beni (2006), um dos principais obstáculos para o desenvolvimento turístico sustentável no país é a ausência de um sistema integrado de planejamento e gestão, capaz de articular os diversos níveis de governo e os diferentes setores da sociedade.

Para superar tais entraves, é imprescindível adotar abordagens de planejamento participativo e territorialmente sensíveis. A experiência internacional mostra que modelos de governança colaborativa, baseados na integração entre governo, setor privado e sociedade civil, têm sido mais eficazes na promoção de destinos turísticos sustentáveis (Hall, 2008). Isso significa que as comunidades locais devem ser ouvidas e envolvidas desde o início do processo de planejamento, para que as ações estejam em sintonia com suas demandas, valores e capacidades.

Ademais disso, instrumentos como os Planos Diretores de Turismo (PDTs), os Zoneamentos Ecológico-Econômicos (ZEEs) e os Estudos de Capacidade de Carga Turística (CCCT) são ferramentas fundamentais para garantir que o desenvolvimento do turismo ocorra dentro dos limites ambientais e sociais. Essas ferramentas permitem uma avaliação mais precisa dos impactos da atividade turística e contribuem para a tomada de decisões mais equilibradas e sustentáveis (Brasil, 2022).

Outro ponto essencial diz respeito à qualificação dos agentes públicos envolvidos na formulação e execução das políticas turísticas. Como apontam Trigo e Silva (2015), a formação de gestores públicos em turismo sustentável é condição indispensável para a efetivação de políticas consistentes e transformadoras. Sem um corpo técnico preparado, as políticas correm o risco de se tornarem meras formalidades ou de serem capturadas por interesses econômicos imediatistas.

Adicionalmente, o planejamento turístico deve incorporar critérios de justiça espacial e equidade socioeconômica, reconhecendo que os benefícios e os custos do turismo não são distribuídos de forma homogênea. Há regiões que acumulam os lucros da atividade, enquanto outras arcam com os impactos negativos, como a especulação imobiliária, a gentrificação e a sobrecarga de infraestruturas (Coriolano, 2014). As políticas públicas devem, portanto, corrigir essas assimetrias por meio de mecanismos redistributivos, investimentos em infraestrutura local e promoção de circuitos turísticos alternativos e inclusivos.

Ademais, a construção de indicadores de desempenho e sistemas de monitoramento é uma medida imprescindível para avaliar a efetividade das políticas públicas e ajustar rumos sempre que necessário. Indicadores sociais, ambientais e econômicos bem definidos permitem aferir se o desenvolvimento turístico está realmente contribuindo para a sustentabilidade e para o bem-estar das populações locais (UNWTO, 2021).

Trigo e Silva (2015) pontuam que as políticas públicas e planejamento sustentável no turismo devem estar embasados em princípios de governança democrática, justiça territorial, responsabilidade ambiental e desenvolvimento inclusivo. Logo, a sustentabilidade no turismo não será alcançada apenas por boas intenções, mas pela ação planejada, coordenada e participativa entre todos os atores envolvidos.

5 O TURISMO COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES

O turismo tem sido progressivamente reconhecido como um instrumento relevante para a promoção do desenvolvimento sustentável, especialmente em regiões com potencial natural, cultural e histórico. A partir da década de 1980, com a emergência da noção de sustentabilidade ambiental e social, a atividade turística começou a ser reinterpretada à luz de novos paradigmas que valorizam não apenas o crescimento econômico, mas também a preservação dos recursos ambientais e a valorização das culturas locais (McKercher, 1993).

A Organização Mundial do Turismo (OMT) define o turismo sustentável como aquele que “leva plenamente em conta os impactos econômicos, sociais e ambientais atuais e futuros, atendendo às necessidades dos visitantes, da indústria, do ambiente e das comunidades anfitriãs” (UNWTO, 2005). Essa concepção revela a potencialidade do turismo de promover o desenvolvimento local por meio da geração de emprego, do estímulo ao empreendedorismo, da valorização das tradições culturais e da conservação do patrimônio natural.

No contexto brasileiro, diversas experiências demonstram o papel do turismo como vetor de transformação social e econômica. Iniciativas de turismo de base comunitária, como as implantadas em áreas de populações tradicionais e indígenas, têm contribuído para a autonomia das comunidades e para a consolidação de práticas sustentáveis. Segundo Coriolano (2014), o turismo comunitário permite às populações locais o protagonismo na condução da atividade, promovendo a repartição equitativa dos benefícios econômicos e o fortalecimento de identidades culturais.

O turismo sustentável também apresenta efeitos positivos para o meio ambiente quando bem planejado, como o incentivo à criação de unidades de conservação, à recuperação de áreas degradadas e à educação ambiental de turistas e moradores. Ao conectar desenvolvimento e conservação, o turismo pode ajudar a estabelecer uma economia circular em que os recursos são utilizados de maneira eficiente e respeitosa.

No entanto, para que o turismo atue efetivamente como vetor de desenvolvimento sustentável, é fundamental que haja políticas públicas integradas, planejamento territorial e monitoramento contínuo dos impactos da atividade. A ausência de regulação e o crescimento desordenado podem gerar externalidades negativas que comprometem os princípios sustentáveis.

Segundo Beni (2006), o turismo sustentável requer a adoção de um modelo sistêmico, que integre fatores econômicos, ambientais, sociais e culturais. Esse modelo deve estar fundamentado em uma visão de longo prazo, com metas definidas e com a participação ativa das comunidades locais. Para tanto, é preciso superar a visão meramente mercadológica do turismo e inseri-lo como uma ferramenta estratégica nas políticas de desenvolvimento nacional e regional.

A potencialidade do turismo como vetor de desenvolvimento sustentável, portanto, não reside apenas na sua capacidade de gerar divisas ou empregos, mas na sua aptidão para articular diferentes dimensões do desenvolvimento em torno de um projeto de sociedade mais justo, inclusivo e ambientalmente equilibrado.

Conquanto o seu potencial transformador, o turismo enfrenta diversos desafios e contradições quando inserido no contexto do desenvolvimento sustentável. A primeira grande contradição reside no fato de que a própria atividade turística, quando mal gerida, pode gerar impactos socioambientais significativos, como degradação ambiental, especulação imobiliária, descaracterização cultural e aumento das desigualdades sociais (Butler, 1999).

Em muitos destinos turísticos, sobretudo nos países em desenvolvimento, a pressão pelo crescimento econômico e pelo aumento do fluxo de visitantes leva à superexploração dos recursos naturais e à sobrecarga da infraestrutura urbana. As praias urbanizadas, as cidades históricas e os ecossistemas frágeis frequentemente sofrem com a poluição, a privatização de áreas públicas e o deslocamento de populações locais. Segundo Brito e Cruz (2011), o turismo de massa, caracterizado por práticas padronizadas e consumo excessivo, tende a comprometer a sustentabilidade ambiental e cultural dos destinos.

Outra contradição relevante é a desigual distribuição dos benefícios econômicos gerados pelo turismo. Enquanto grandes corporações do setor — como redes hoteleiras, operadoras de turismo e companhias aéreas — concentram a maior parte dos lucros, as comunidades locais, muitas vezes, recebem apenas uma fração mínima dos recursos. Essa situação perpetua relações assimétricas de poder e reforça estruturas de dependência econômica. Como apontam Scheyvens (2002) e Trigo (2015), sem mecanismos de redistribuição, o turismo pode intensificar as desigualdades e marginalizar ainda mais os grupos sociais vulneráveis.

Do ponto de vista ambiental, o turismo apresenta desafios significativos re-

lacionados à emissão de gases de efeito estufa, consumo intensivo de energia e produção de resíduos. Viagens aéreas de longa distância, resorts de alto padrão e atividades recreativas motorizadas contribuem para o agravamento das mudanças climáticas e para o aumento da pegada ecológica dos destinos turísticos (Gössling; Hall, 2006). Dessa forma, o turismo pode deixar de ser solução e tornar-se um problema ambiental relevante.

Ademais disso, há a questão da resistência das comunidades locais frente ao crescimento da atividade turística. Em diversos destinos do mundo, movimentos sociais têm surgido para denunciar os efeitos negativos do turismo sobre o custo de vida, a qualidade de vida e o acesso à moradia. Cidades como Barcelona, Veneza e Lisboa têm registrado protestos contra a “turistificação” de seus espaços urbanos, que resulta na expulsão de moradores e na homogeneização cultural (Zanon, 2020).

No Brasil, os desafios são agravados pela fragilidade institucional, pela ausência de continuidade nas políticas públicas e pela baixa capacitação técnica dos gestores municipais. Muitos destinos turísticos carecem de planejamento, monitoramento e controle, o que facilita a ocupação desordenada, o crescimento predatório e o uso inadequado dos recursos naturais. Coriolano (2014) alerta que, sem um marco normativo robusto e sem investimento em educação ambiental, o turismo tende a reproduzir os mesmos padrões de exploração já consolidados por outras atividades econômicas.

Em face de dessas contradições, torna-se imprescindível reavaliar os modelos de desenvolvimento turístico adotados e buscar soluções baseadas na justiça social, na economia solidária e na ecologia integral. Brito e Cruz (2011) analisam que a promoção de formas alternativas de turismo, como o ecoturismo, o agroturismo, o turismo de base comunitária e o turismo regenerativo, pode oferecer caminhos mais equilibrados e sustentáveis. No entanto, essas formas precisam ser apoiadas por políticas públicas, redes de cooperação e instrumentos de financiamento adequados.

Nesse sentido, o enfrentamento dos desafios do turismo sustentável exige uma mudança cultural profunda, tanto por parte dos turistas quanto dos gestores públicos e privados. É necessário fomentar uma consciência crítica sobre os impactos das escolhas de consumo turístico e promover práticas mais responsáveis, éticas e solidárias.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo, na contemporaneidade, configura-se como uma atividade econô-

mica de grande relevância global, com capacidade de influenciar significativamente o desenvolvimento regional e nacional. Ao longo deste artigo, evidenciou-se que a economia do turismo vai além da simples movimentação financeira, integrando-se a uma lógica de desenvolvimento sustentável quando bem planejada e executada.

Tal integração exige, no entanto, uma articulação entre políticas públicas, atores sociais e instrumentos de gestão capazes de harmonizar os interesses econômicos com a preservação dos recursos naturais e o respeito às culturas locais.

Observou-se que, embora o turismo possua potencial para impulsionar o crescimento econômico, gerar empregos e valorizar identidades culturais, sua eficácia como vetor de desenvolvimento sustentável depende do equilíbrio entre exploração e conservação. Iniciativas como o turismo de base comunitária, o ecoturismo e o turismo regenerativo demonstram que é possível desenvolver modelos mais inclusivos e menos agressivos ao meio ambiente. Contudo, esses modelos ainda enfrentam desafios estruturais, como falta de investimento, capacitação técnica e apoio institucional contínuo.

As contradições inerentes à atividade turística também foram destacadas, principalmente no que se refere à concentração de lucros, à pressão sobre ecossistemas frágeis e à turistificação de espaços urbanos. Tais problemas indicam que o turismo, quando conduzido de forma desregulada ou orientado apenas pelo mercado, pode agravar desigualdades sociais e intensificar a degradação ambiental. A superexploração dos destinos turísticos e a exclusão das comunidades locais dos processos decisórios revelam um paradoxo que precisa ser superado.

A superação desses desafios passa, necessariamente, pela adoção de políticas públicas integradas e estratégias de planejamento turístico que considerem os princípios da sustentabilidade em suas múltiplas dimensões. A construção de um turismo mais justo e equilibrado exige a participação ativa das comunidades, o fortalecimento de marcos regulatórios e a incorporação de indicadores socioambientais nos processos de tomada de decisão.

Ademais disso, é imprescindível fomentar a educação para o turismo sustentável, promovendo a conscientização de turistas, empreendedores e gestores públicos.

Em epítome, compreende-se que o turismo pode ser, de fato, um agente impulsionador do desenvolvimento sustentável, desde que sejam reconhecidas e enfrentadas suas contradições. Para isso, é necessário reorientar a lógica de crescimento do setor, adotando uma perspectiva sistêmica e ética que valorize o bem-estar coletivo, a justiça social e a conservação do meio ambiente.

Por final, o turismo deixará de ser apenas um fenômeno econômico e passará

a ser um instrumento estratégico para a construção de sociedades mais sustentáveis e resilientes.

REFERÊNCIAS

- BENI, Mário Carlos. *Análise estrutural do turismo*. 13. ed. São Paulo: SENAC, 2006.
- BOULLÓN, Roberto C. *Planejamento do espaço turístico*. Bauru: EDUSC, 2002.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo 2023–2027: turismo que transforma o Brasil*. Brasília: MTur, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo>. Acesso em: 20 maio 2025.
- BRITO, Lilian Cristina de; CRUZ, Reinaldo Dias da. Turismo e meio ambiente: impactos e estratégias de gestão em destinos turísticos. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 11, n. 3, p. 54–69, 2011.
- BUTLER, Richard W. Sustainable tourism: A state-of-the-art review. *Tourism Geographies*, v. 1, n. 1, p. 7–25, 1999.
- COOPER, Chris et al. *Turismo: princípios e prática*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- CORIOLOANO, Luzia Neide M. de Toledo. *Turismo e comunidades tradicionais: impactos, resistências e mediações sociais*. Fortaleza: Edições UFC, 2014.
- DWYER, Larry; FORSYTH, Peter. *International handbook on the economics of tourism*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2006.
- GÖSSLING, Stefan; HALL, C. Michael. *Tourism and Global Environmental Change: Ecological, Social, Economic and Political Interrelationships*. London: Routledge, 2006.
- GRETZEL, Ulrike et al. Smart tourism: foundations and developments. *Electronic Markets*, [s. l.], v. 25, n. 3, p. 179–188, 2020.
- HALL, C. Michael. *Tourism planning: policies, processes and relationships*. 2. ed. Harlow: Pearson Education, 2008.
- HUNTER, Colin. Sustainable tourism as an adaptive paradigm. *Annals of Tourism Research*, [S. l.], v. 24, n. 4, p. 850–867, 1997.
- LOHMANN, Guilherme; PANOSSO NETTO, Alexandre. *Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas*. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2017.
- McKERCHER, Bob. Some fundamental truths about tourism: Understanding tourism's social and environmental impacts. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 1, n. 1, p. 6–16, 1993.
- MEDLIK, S. *Dictionary of travel, tourism and hospitality*. 3. ed. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2002.
- MOWFORTH, Martin; MUNT, Ian. *Tourism and sustainability: development, globalisation and new tourism in the Third World*. 3. ed. London: Routledge, 2009.
- PINE, B. Joseph; GILMORE, James H. *The experience economy: work is theatre & every*

business a stage. Boston: Harvard Business Press, 1999.

SCHEYVENS, Regina. Ecoturismo and the empowerment of local communities. *Tourism Management*, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 245–249, 1999.

SCHEYVENS, Regina. *Tourism for development: Empowering communities*. Harlow: Prentice Hall, 2002.

SMITH, Stephen L. J. *Tourism analysis: a handbook*. 2. ed. New York: Longman, 1998.

TRIBE, John. *The economics of recreation, leisure and tourism*. 4. ed. Oxford: Elsevier, 2011.

TRIGO, Lia Buarque de Gusmão. Turismo sustentável: gestão pública, cultura e participação social. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 355–373, 2015.

TRIGO, Lia Buarque de Gusmão; SILVA, Glaydson José da. Formação de gestores públicos para o turismo sustentável: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 462–484, set./dez. 2015. Disponível em: <https://www.rbtur.org.br>. Acesso em: 20 maio 2025.

UN – UNITED NATIONS. *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. New York: United Nations, 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 20 maio 2025.

UNWTO – UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION. *Sustainable development of tourism*. Madrid: UNWTO, 2013.

UNWTO – UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION. *INSTO Indicators*. Madrid: UNWTO, 2021. Disponível em: <https://www.unwto.org/insto>. Acesso em: 20 maio 2025.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. *Our common future*. Oxford: Oxford University Press, 1987.

ZANON, Bruna. Turistificação: o turismo como agente de transformação do espaço urbano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 27–43, 2020.

3



**O DIA DO TURISTA – OBJETO
DE REFLEXÃO**

Primeiramente, o Dia do Turista, comemorado em 13 de junho no Brasil, configura-se mais do que uma simples data no calendário. Ele representa a valorização de uma atividade que conecta culturas, movimenta economias e transforma tanto os visitantes quanto os anfitriões. Viajar é, em sua essência, um ato de descoberta: do mundo e de si mesmo.

Neste dia, refletimos sobre o papel fundamental que o turismo desempenha em nossas vidas, na preservação do patrimônio cultural e natural, e no desenvolvimento sustentável de comunidades ao redor do planeta.

Historicamente, o turismo sempre existiu de forma embrionária, seja nas peregrinações religiosas da Antiguidade, nas explorações marítimas da Era dos Descobrimentos ou nas viagens aristocráticas do chamado “Grand Tour”, comum entre jovens nobres europeus no século XVIII.

No entanto, foi apenas no século XX, com o avanço da industrialização, o surgimento das férias remuneradas e a popularização dos transportes, que o turismo se consolidou como um fenômeno de massa. O turista moderno passou a ter acesso a diferentes lugares do mundo com mais facilidade, conforto e segurança, transformando o ato de viajar em uma atividade acessível a diferentes camadas sociais.

De outro vértice, o Brasil, com sua vasta extensão territorial e rica diversidade cultural e ambiental, sempre foi um destino de grande potencial turístico. Da Amazônia às praias do Nordeste, das serras do Sul às metrópoles vibrantes como São Paulo e Rio de Janeiro, o país oferece experiências únicas para todos os gostos. Mas o turismo nacional não é apenas receptivo — os brasileiros também são viajantes ativos, explorando outros estados e países em busca de lazer, aprendizado, espiritualidade ou descanso.

Destarte, o Dia do Turista se constitui uma oportunidade para valorizar o papel desse agente transformador. O turista, ao visitar novos lugares, movimenta a economia local: se hospeda, se alimenta, consome produtos e serviços, contrata guias, utiliza transportes. Segundo dados do Ministério do Turismo, o setor é responsável por cerca de 8% do PIB nacional e emprega milhões de pessoas, direta e indiretamente. Em regiões onde outras atividades econômicas são escassas, como áreas de preservação ambiental ou cidades históricas pequenas, o turismo pode ser a principal fonte de renda, garantindo inclusão social e valorização do território.

No entanto, é fundamental lembrar que o turismo deve ser praticado de forma responsável. O conceito de “turismo sustentável” não é apenas uma tendência, mas uma necessidade. Isso significa respeitar o meio ambiente, a cultura local, os costumes e a integridade das populações anfitriãs.

Um turista consciente não deixa lixo na trilha, não desrespeita santuários religiosos, não tira fotos invasivas de comunidades tradicionais, não contribui para o turismo predatório que fere ecossistemas frágeis.

Ele entende que sua presença deve ser, acima de tudo, respeitosa e contributiva.

Por conseguinte, a educação para o turismo é tema central neste dia. Instituições públicas e privadas têm o dever de promover a sensibilização sobre práticas turísticas saudáveis. Faz-se mister incentivar a valorização dos patrimônios locais desde a infância, formando cidadãos que respeitem sua própria cultura e a dos outros.

Ademais disso, configura-se essencial investir na qualificação dos profissionais do setor, garantindo um atendimento de excelência que represente bem o destino e ofereça experiências enriquecedoras aos visitantes.

Nesse contexto, o Dia do Turista também é um convite à reinvenção. Como viajamos? Por que viajamos? O que buscamos ao visitar um novo lugar? O turismo não deve ser apenas um consumo de paisagens ou monumentos, mas um intercâmbio vivo, uma experiência transformadora que amplia horizontes, quebra preconceitos e fortalece vínculos.

O verídico turista não apenas tira fotos, mas observa, aprende, respeita e retorna para casa com a alma enriquecida pela troca cultural.

No Brasil, a diversidade é o nosso maior trunfo turístico. Povos indígenas, quilombolas, imigrantes europeus, asiáticos e árabes, tradições afro-brasileiras, festas populares, culinárias regionais, danças, sotaques, religiões — tudo isso forma um caldeirão de experiências únicas.

Ao turista cumpre valorizar essas manifestações de forma autêntica, sem folclorizações ou estigmatizações. Cada cultura local deve ser respeitada em sua integridade, e não moldada à expectativa do visitante.

Ademais disso, o turismo pode ser um importante aliado na preservação ambiental. Parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção podem ser mantidos com recursos provenientes de atividades turísticas bem planejadas. Trilhas, passeios, observação de fauna e flora, turismo de aventura e turismo rural são exemplos de como é possível unir lazer e conservação.

O turista que compreende essa dinâmica se torna um defensor do planeta, contribuindo para que as futuras gerações também possam desfrutar desses patrimônios.

Destarte, Dia do Turista não é uma celebração apenas dos que viajam, mas de todo um sistema que envolve planejamento, acolhimento, investimento e consci-

ência. Celebramos o turista que explora com curiosidade, que respeita com humildade, que aprende com entusiasmo.

Celebramos os profissionais que tornam as viagens possíveis: guias, agentes, recepcionistas, cozinheiros, artesãos, motoristas, anfitriões. E celebramos também os destinos, que se abrem ao mundo com generosidade e coragem.

Em epítome, viajar é um direito. O turismo deve ser acessível, inclusivo, democrático. Pessoas com deficiência, idosos, crianças, famílias de baixa renda — todos têm o direito de conhecer e desfrutar o mundo. Isso exige políticas públicas sérias, infraestrutura adequada, preços justos e, acima de tudo, vontade política.

O turismo como direito humano ainda é repto, mas também uma meta urgente num mundo que precisa de mais pontes e menos muros.

Neste 13 de junho, que cada turista — real ou em potencial — possa refletir sobre o impacto de suas escolhas. Que cada destino se prepare para acolher com autenticidade. Por final, o Brasil, com toda sua riqueza humana e natural, possa continuar sendo um país de encantos para quem chega, e de orgulho para quem o vive.

4



TURISMO E SAÚDE

Historicamente, a busca por bem-estar físico e mental tem impulsionado deslocamentos humanos desde tempos antigos. Termas romanas, estâncias hidrotermais europeias e retiros espirituais orientais são exemplos clássicos de como o turismo sempre esteve, de alguma forma, relacionado à saúde. Na contemporaneidade, essa relação se torna ainda mais evidente e complexa, à medida que o turismo se transforma não apenas em atividade de lazer, mas também em meio de prevenção, tratamento e reabilitação de doenças, ampliando suas interfaces com o setor da saúde pública e privada.

O chamado “turismo de saúde” ou “turismo médico” ganha corpo como um fenômeno global que movimenta bilhões de dólares e atrai cada vez mais viajantes em busca de tratamentos especializados, cirurgias eletivas, bem-estar emocional ou simplesmente uma pausa regenerativa da rotina.

Destarte, esse movimento está ancorado em múltiplos fatores: a globalização, o aumento da expectativa de vida, a crescente conscientização sobre qualidade de vida, o desenvolvimento das tecnologias médicas e a desigualdade de acesso à saúde em determinadas regiões. Em países com sistemas de saúde sobrecarregados ou caros, como os Estados Unidos, muitos cidadãos optam por realizar procedimentos médicos em destinos estrangeiros, onde encontram preços mais acessíveis e, em muitos casos, qualidade equiparável ou até superior.

Por outro lado, países em desenvolvimento, como a Índia, a Tailândia, o México e o Brasil, passaram a investir em infraestrutura hospitalar e qualificação de mão de obra para se tornarem polos de atração nesse segmento turístico em expansão.

Contudo, o turismo de saúde não se limita ao turismo médico. Ele também envolve práticas integrativas e complementares à medicina convencional, como massagens terapêuticas, banhos termais, terapias ayurvédicas, retiros de yoga e meditação, turismo de bem-estar e experiências de reconexão com a natureza. Destinos como Bali, na Indonésia, ou a Serra da Mantiqueira, no Brasil, se destacam por oferecer experiências que combinam turismo, espiritualidade e práticas de autocuidado.

Nessa perspectiva, a saúde é compreendida não apenas como ausência de doença, mas como um estado de completo bem-estar físico, mental e social — nos moldes da definição proposta pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

De outro vértice, a expansão do turismo de saúde reflete também mudanças no comportamento do consumidor. O turista contemporâneo está mais informado, mais exigente e mais preocupado com a própria saúde e sustentabilidade de suas ações. O conceito de “wellness tourism”, ou turismo de bem-estar, cresce aceleradamente, impulsionado por uma sociedade cada vez mais estressada e em

busca de equilíbrio emocional.

Dados da Global Wellness Institute indicam que o turismo de bem-estar movimentou mais de US\$ 900 bilhões por ano e cresce em ritmo mais acelerado do que o turismo convencional.

Ademais disso, esse tipo de turismo costuma beneficiar pequenas comunidades, já que muitos destinos de bem-estar se localizam em áreas rurais ou preservadas, onde práticas tradicionais de cura e hospitalidade são valorizadas.

No entanto, o turismo de saúde também levanta questões éticas, sociais e ambientais. O turismo médico, por exemplo, pode gerar desigualdade de acesso nos países receptores, onde parte da infraestrutura hospitalar é direcionada a estrangeiros em detrimento da população local. Em alguns casos, a procura internacional por procedimentos específicos pode criar distorções nos sistemas de saúde locais, encarecendo tratamentos ou desviando profissionais para atender a demanda turística.

Ademais disso, há preocupação com a segurança dos pacientes, especialmente em locais onde os sistemas regulatórios são frágeis ou pouco transparentes. A medicalização excessiva de práticas naturais ou espirituais, por sua vez, pode comprometer a autenticidade de saberes tradicionais e promover uma apropriação cultural pouco ética.

Destarte, pensar o turismo e a saúde de forma integrada exige uma abordagem holística, que considere tanto os benefícios econômicos quanto os impactos sociais e culturais. A promoção de políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento sustentável desse tipo de turismo é essencial. Isso inclui regulamentação adequada dos serviços oferecidos, incentivo à capacitação de profissionais, proteção do patrimônio natural e cultural envolvido, e garantia de acesso à saúde para a população local.

A articulação entre os ministérios do Turismo e da Saúde, em países que desejam se consolidar nesse setor, é um passo fundamental para assegurar que o turismo de saúde seja benéfico para todos os envolvidos.

No contexto da pandemia de COVID-19, a relação entre turismo e saúde ganhou novas camadas de complexidade. Por um lado, o setor turístico foi severamente impactado pelas restrições sanitárias e pela suspensão de viagens. Por outro, a valorização da saúde como bem primordial tornou-se ainda mais evidente. Com a reabertura gradual das fronteiras e a retomada do turismo, observou-se uma tendência crescente por destinos mais tranquilos, seguros e que ofereçam experiências regenerativas. O turismo pós-pandêmico aponta para uma demanda por viagens com propósito, em que o bem-estar individual e coletivo esteja no centro das decisões.

O Brasil, com sua vasta biodiversidade, tradições culturais e potencial hospitalar, apresenta-se como um território promissor para o desenvolvimento do turismo de saúde. Cidades como São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba já possuem hospitais reconhecidos internacionalmente, aptos a receber pacientes estrangeiros.

Entrementes, regiões como Chapada dos Veadeiros, Alto Paraíso, o Vale do Capão e as serras catarinenses atraem turistas em busca de retiros espirituais, terapias holísticas e contato com a natureza. Investir na promoção integrada desses dois polos — o hospitalar e o do bem-estar — pode ser estratégico para posicionar o Brasil como destino competitivo no cenário global.

Entretanto, para que esse potencial se concretize, é necessário planejamento, governança e responsabilidade social. É preciso garantir que os serviços oferecidos atendam padrões internacionais de qualidade e segurança, ao mesmo tempo em que respeitem a cultura local e beneficiem as comunidades anfitriãs. O diálogo entre profissionais da saúde, do turismo, das ciências sociais e ambientais é crucial para formular práticas inovadoras e sustentáveis.

A par disso, é imprescindível que o turista seja orientado de maneira ética e transparente, com informações claras sobre os riscos e benefícios das terapias procuradas.

Em epítome, a interseção entre turismo e saúde é, portanto, um campo fértil e desafiador. De um lado, representa oportunidade de diversificação econômica, geração de empregos e valorização de saberes tradicionais. De outro, exige cautela para não se tornar mais uma forma de exploração de territórios e mercantilização da saúde.

Por final, caminhar rumo a um turismo verdadeiramente saudável é, antes de tudo, uma escolha ética, que envolve o compromisso com o bem-estar integral — das pessoas, das comunidades e do planeta.

5



**TURISMO - INSTRUMENTO DE
SAÚDE MENTAL**

Vivemos em uma era marcada por aceleradas transformações tecnológicas, intensas exigências profissionais e desafios sociais cada vez mais complexos. Nesse contexto, os índices de transtornos relacionados à saúde mental, como depressão, ansiedade, estresse crônico e síndrome de burnout, vêm crescendo de forma alarmante em todo o mundo.

Entrementes, observamos o turismo não apenas como uma atividade econômica poderosa, mas também como uma alternativa concreta de promoção do bem-estar emocional e da saúde mental. Viajar, conhecer novos lugares, entrar em contato com diferentes culturas e romper com a rotina têm demonstrado efeitos altamente positivos no equilíbrio psíquico e na qualidade de vida dos indivíduos.

Destarte, a importância do turismo como instrumento de saúde mental começa com a quebra da rotina. A repetição exaustiva do cotidiano, muitas vezes marcada por jornadas de trabalho extensas, trânsito, compromissos familiares e pressões sociais, pode gerar uma sensação de aprisionamento e desmotivação. O simples ato de planejar uma viagem já ativa áreas do cérebro associadas à expectativa positiva, liberando dopamina e criando uma antecipação prazerosa que contribui para o alívio de tensões.

No curso de vilegiatura, esse efeito se intensifica. A mudança de ambiente, a exposição a novas paisagens e o afastamento temporário das responsabilidades são elementos que ajudam a reduzir o estresse e estimulam a mente a se abrir para novas experiências.

Diversos estudos acadêmicos e pesquisas de campo têm apontado para os benefícios psicológicos das viagens. A conexão com a natureza, por exemplo, tem sido amplamente reconhecida como fator terapêutico. O turismo ecológico, rural ou de aventura proporciona ao viajante a oportunidade de respirar ar puro, caminhar por trilhas, contemplar paisagens naturais e vivenciar momentos de silêncio e introspecção.

Tudo isso favorece a redução do cortisol, o hormônio do estresse, e promove uma sensação de paz interior. Além disso, o contato com a natureza favorece a prática do “mindfulness”, ou atenção plena, uma estratégia terapêutica cada vez mais utilizada em tratamentos psicológicos.

Outro aspecto fundamental do turismo enquanto ferramenta de cuidado da saúde mental é a promoção de conexões humanas. Viajar muitas vezes envolve interações com pessoas diferentes, seja em hospedagens compartilhadas, passeios guiados ou mesmo no contato com a população local. Esses encontros abrem espaço para o diálogo, a empatia e a construção de laços afetivos, mesmo que temporários.

Para indivíduos que sofrem de solidão, isolamento ou timidez, essas vivên-

cias podem representar um importante estímulo emocional, resgatando o senso de pertencimento e de humanidade.

Ademais disso, o turismo permite o exercício da autonomia e da liberdade. Escolher destinos, decidir roteiros, experimentar novas culinárias, enfrentar imprevistos em um ambiente diferente — tudo isso fortalece a autoestima e a autoconfiança. É comum que muitas pessoas, ao voltarem de uma viagem, sintam-se mais motivadas, revitalizadas e com uma nova perspectiva sobre seus próprios problemas.

Essa transformação, embora temporária, pode desencadear processos de mudança mais duradouros, principalmente quando a viagem é encarada como uma oportunidade de crescimento pessoal e não apenas como fuga da realidade.

Importa destacar que o turismo não precisa ser caro ou distante para produzir benefícios. Escapadas de final de semana para cidades próximas, caminhadas em parques urbanos ou visitas a museus e centros culturais da própria região já podem ser suficientes para proporcionar um descanso mental e emocional.

O conceito de “microturismo” ou “turismo de proximidade” tem ganhado força justamente por reconhecer que pequenas pausas e deslocamentos curtos também contribuem para o bem-estar, sem exigir grandes recursos financeiros.

No entanto, para que o turismo seja verdadeiramente um instrumento de saúde mental acessível, é necessário que políticas públicas e iniciativas privadas trabalhem em conjunto para democratizar o acesso às atividades turísticas. Incentivos a viagens para populações de baixa renda, programas de turismo social e o desenvolvimento sustentável de destinos menos explorados são algumas das estratégias que podem ampliar os benefícios desse setor para diferentes camadas da sociedade.

Ademais disso, profissionais da saúde mental podem começar a incorporar procedimentos de viagem planejada como parte de abordagens terapêuticas integradas, respeitando as individualidades e limitações de cada paciente.

Em um mundo cada vez mais enferiado psicologicamente, o turismo se apresenta como uma válvula de escape, mas também como uma ferramenta preventiva e terapêutica. Viajar não resolve todos os problemas, é claro, mas pode oferecer o alívio necessário para recomeçar, repensar escolhas e fortalecer a mente diante das adversidades da vida moderna.

Em epítome, mais do que luxo ou lazer, viajar pode – e deve – ser reconhecido como um direito de cuidado com a saúde mental.

6



TURISMO – O PARADIGMA ECOLÓGICO

Nas últimas décadas, o turismo assumiu um papel central na economia global, sendo responsável por movimentar bilhões de dólares e gerar milhões de empregos ao redor do mundo. Contudo, essa intensa movimentação de pessoas, recursos e estruturas trouxe consigo impactos significativos ao meio ambiente, especialmente em destinos frágeis e mal preparados para receber grandes fluxos turísticos.

Em resposta a esse cenário, surge o paradigma ecológico no turismo — uma nova abordagem que integra princípios de sustentabilidade, respeito à cultura local e preservação ambiental, colocando em xeque modelos tradicionais que priorizavam o lucro em detrimento da conservação.

O turismo ecológico ou ecoturismo, muitas vezes confundido com o turismo de natureza, vai além do simples contato com o meio ambiente. Ele se sustenta sobre três pilares fundamentais: conservação da natureza, educação ambiental e desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais.

A proposta é repensar a relação entre turistas, moradores e o ambiente visitado, criando uma dinâmica equilibrada em que todos os envolvidos se beneficiem sem comprometer os recursos naturais e culturais das gerações futuras.

Destarte, a mudança de paradigma, antes de tudo, configura-se em resposta à crise ambiental global. A intensificação das mudanças climáticas, a perda acelerada da biodiversidade e o esgotamento dos recursos naturais colocam em evidência a necessidade de uma transformação nos modos de consumo e produção, inclusive nas atividades turísticas. O turismo convencional, voltado à massificação e à exploração intensiva de espaços, revelou-se insustentável a longo prazo.

Destinos turísticos superexplorados, como Veneza, Barcelona, Machu Picchu ou Fernando de Noronha, enfrentam sérios problemas de degradação ambiental e conflitos sociais, exigindo medidas urgentes de regulação e planejamento estratégico.

Por conseguinte, o paradigma ecológico propõe uma inversão de valores. Em vez de medir o sucesso de um destino pelo número de visitantes, passa-se a valorizar a qualidade da experiência turística e o impacto positivo deixado na comunidade local e no meio ambiente. Isso implica a adoção de políticas públicas eficazes, o envolvimento ativo das populações locais e a responsabilização dos turistas quanto aos seus comportamentos e escolhas.

No Brasil, país de riquíssima diversidade ecológica e cultural, o ecoturismo apresenta-se como uma oportunidade estratégica tanto para a conservação quanto para o desenvolvimento regional. Regiões como a Amazônia, o Pantanal, a Chapada Diamantina e a Serra da Canastra despontam como modelos de turismo sustentável, embora ainda enfrentem desafios estruturais e de gestão.

Em muitos desses lugares, comunidades tradicionais vêm se organizando para oferecer experiências autênticas que valorizam o saber local, promovem a educação ambiental e reforçam o pertencimento cultural.

A valorização do turismo de base comunitária, nesse contexto, torna-se uma ferramenta potente de empoderamento social e de resistência frente às pressões do turismo predatório.

Outro ponto essencial do paradigma ecológico é a educação ambiental, não apenas como instrumento de sensibilização, mas como ferramenta de transformação social. Um turista consciente tende a adotar posturas mais respeitadas, a valorizar o patrimônio natural e cultural do local visitado e a compreender seu papel como agente ativo na construção de um mundo mais sustentável. Por isso, a experiência turística deve ser também um processo educativo, que estimule a reflexão sobre os impactos de nossas ações no planeta.

Tecnologias sustentáveis também desempenham um papel relevante nessa transição. A adoção de práticas de baixo impacto, como o uso de energia renovável, a gestão adequada de resíduos, o incentivo à mobilidade limpa e a construção de infraestruturas ecologicamente corretas, é fundamental para reduzir os danos ambientais e promover uma economia verde no setor turístico.

Ademais disso, certificações e selos ambientais têm se mostrado instrumentos eficazes para orientar o consumidor e diferenciar empreendimento comprometido com a sustentabilidade.

No entanto, é preciso cautela para evitar o chamado “greenwashing” — quando empresas ou destinos se apropriam do discurso ambiental apenas como estratégia de marketing, sem efetivamente adotar práticas sustentáveis.

O verdadeiro paradigma ecológico exige comprometimento, fiscalização e transparência. A sustentabilidade não deve ser apenas um atrativo comercial, mas o eixo central das decisões e ações em todos os níveis do turismo.

Nesse cenário, o papel do Estado é indispensável. Políticas públicas integradas, planejamentos participativos e investimentos em capacitação são fundamentais para consolidar o turismo ecológico como modelo hegemônico e não apenas como nicho de mercado. A criação e manutenção de unidades de conservação, o fortalecimento das comunidades tradicionais, o estímulo à pesquisa científica e a regulamentação do uso dos recursos naturais são elementos estruturantes para um turismo realmente sustentável.

Outrossim, o setor privado tem a responsabilidade de alinhar seus interesses econômicos às necessidades socioambientais. Empresas conscientes e engajadas com o paradigma ecológico contribuem para a construção de uma nova lógica de mercado, na qual o lucro e a preservação caminham juntos. Parcerias público-pri-

vadas, quando bem conduzidas, podem ser aliadas importantes na implantação de projetos turísticos sustentáveis, com benefícios compartilhados por todos os atores envolvidos.

Em epítome, o turista — figura central nesse ecossistema — precisa ser convocado à corresponsabilidade. A escolha por destinos menos impactados, por empresas que respeitam o meio ambiente e por práticas éticas de viagem pode fazer toda a diferença.

Por conseguinte, o turismo ecológico se constitui em decisão política do consumidor, que tem o poder de influenciar e transformar o mercado a partir de suas escolhas conscientes.

Em epítome, o paradigma ecológico no turismo representa mais do que uma tendência: trata-se de uma necessidade diante dos desafios que enfrentamos como sociedade global.

Por final, ao redefinir as relações entre o homem, a natureza e a cultura, o turismo sustentável aponta caminhos para uma convivência mais harmoniosa e justa, na qual viajar seja não apenas um ato de lazer, mas também de cidadania e compromisso com o futuro do planeta.

7



TURISMO CULTURAL EM SANTA CATARINA: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA E O SIGNIFICADO DO CANO DE GUERRA DOS ÍNDIOS CARIJÓS

CULTURAL TOURISM IN SANTA CATARINA: A PROFESSIONAL EXPERIENCE AT THE HISTORICAL MUSEUM OF SANTA CATARINA AND THE MEANING OF THE WAR PIPE OF THE CARIJÓS INDIANS

Resumo

O presente artigo analisa uma experiência profissional realizada no Museu Histórico de Santa Catarina, com foco na relação entre turismo cultural, museologia crítica e representação da memória indígena. A investigação tem como eixo central o cano de guerra dos índios Carijós, artefato do acervo museológico que carrega significados históricos, simbólicos e identitários. A pesquisa, de natureza qualitativa, utilizou como método o estudo de caso, com base em observação participante, diário de campo e análise documental. A fundamentação teórica articulou conceitos de turismo cultural, educação patrimonial, interculturalidade e decolonialidade. Os resultados indicam que o museu, quando comprometido com práticas educativas e inclusivas, pode operar como espaço de resistência simbólica e de valorização de memórias silenciadas. Constatou-se que a mediação cultural e a contextualização crítica de objetos como o cano de guerra dos Carijós contribuem para a formação cidadã e para o reconhecimento da diversidade cultural. Conclui-se que a integração entre turismo, patrimônio e educação é essencial para promover experiências significativas que rompam com a lógica do consumo cultural e fortaleçam identidades locais.

Palavras-chave: Turismo cultural. Museologia crítica. Educação patrimonial. Índios Carijós – Santa Catarina (Brasil). Memória indígena.

Abstract

This article analyzes a professional experience carried out at the Historical Museum of Santa Catarina, focusing on the relationship between cultural tourism, critical museology and representation of indigenous memory. The investigation has as its central axis the war pipe of the Carijó Indians, an artifact from the museum collection that carries historical, symbolic and identity meanings. The research, of a qualitative nature, used the case study method, based on participant observation, field diary and document analysis. The theoretical foundation articulated concepts of cultural tourism, heritage education, interculturality and decoloniality. The results indicate that the museum, when committed to educational and inclusive practices, can operate as a space of symbolic resistance and valorization of silenced memories. It was found that cultural mediation and critical contextualization of objects such as the Carijós war barrel contribute to civic education and the recognition of cultural diversity. It is concluded that the integration of tourism, heritage and education is essential to promote meaningful experiences that break with the logic of cultural consumption and strengthen local identities.

Keywords: Cultural tourism. Critical museology. Heritage education. Carijós Indians – Santa Catarina (Brazil). Indigenous memory.

INTRODUÇÃO

O turismo cultural tem se consolidado como uma das vertentes mais significativas da atividade turística no Brasil, especialmente em estados que reúnem riqueza histórica, diversidade étnica e patrimônio material e imaterial expressivo. Santa Catarina, com sua diversidade de influências culturais e vasta herança histórica, constitui um espaço privilegiado para o desenvolvimento de práticas turísticas que articulam conhecimento, memória e identidade.

Dentre os equipamentos culturais que favorecem essa integração, os museus desempenham papel central na promoção da educação patrimonial, no fortalecimento do senso de pertencimento e na valorização das múltiplas histórias que compõem a formação social brasileira.

Nesse contexto, o Museu Histórico de Santa Catarina, localizado no Palácio Cruz e Sousa, em Florianópolis, representa um importante espaço de salvaguarda da memória catarinense. O museu abriga acervos que remetem às diversas fases da história do estado, contemplando desde o período colonial até manifestações culturais mais recentes.

Entre as peças expostas, destaca-se o cano de guerra dos índios Carijós, objeto simbólico que desperta reflexões sobre a presença indígena na formação do território e sobre os processos de invisibilização cultural que historicamente afetaram os povos originários do sul do Brasil.

A experiência profissional vivenciada no Museu Histórico de Santa Catarina permitiu um contato direto com o cotidiano institucional museológico, assim como proporcionou uma imersão nas práticas de mediação cultural, curadoria e interpretação do patrimônio.

Durante esse período, foi possível perceber que o museu, mais do que um espaço de exposição de objetos, constitui-se como um lugar de encontro entre saberes, de reconstrução de narrativas e de estímulo à consciência crítica sobre o passado e o presente. A observação atenta das interações dos visitantes com os elementos do acervo, bem como a análise das formas como os significados são atribuídos aos objetos, revelaram o potencial educativo e simbólico do turismo cultural.

A escolha do cano de guerra dos índios Carijós como foco de análise neste trabalho justifica-se pela relevância histórica do artefato, bem como pelo que ele representa em termos de resistência cultural, identidade indígena e memória coletiva. Os Carijós foram um grupo pertencente ao tronco Tupi-Guarani, tradicionalmente habitantes do litoral sul brasileiro, especialmente na região onde hoje se localiza Santa Catarina.

Posto que profundamente impactados pela colonização europeia, pela escravidão e pela catequização, os registros materiais e simbólicos que permanecem – como o cano de guerra – constituem elementos fundamentais para a compreensão da história regional e para o reconhecimento da presença indígena como parte constitutiva da cultura local.

Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo geral analisar a experiência profissional no Museu Histórico de Santa Catarina à luz do turismo cultural, destacando o significado do cano de guerra dos índios Carijós como elemento simbólico e educativo. Os objetivos específicos incluem: (a) refletir sobre o papel dos museus na valorização da memória indígena; (b) compreender a importância do turismo cultural como ferramenta de educação patrimonial; e (c) discutir a inserção da cultura indígena nos espaços museológicos e seu potencial para fomentar o respeito à diversidade.

A relevância deste estudo reside na possibilidade de contribuir para o debate sobre o papel social dos museus na contemporaneidade, especialmente no que se refere à preservação da memória de povos historicamente marginalizados. Além disso, ao relacionar a vivência prática no museu com aspectos teóricos da museologia e do turismo cultural, busca-se evidenciar como a formação acadêmica pode ser enriquecida por experiências que envolvem contato direto com o patrimônio, com o público e com os desafios da gestão cultural.

Destarte, esta introdução apresenta os principais eixos que nortearão a reflexão ao longo do artigo, cuja estrutura compreende ainda a fundamentação teórica, a metodologia adotada, as considerações finais e a referência às fontes utilizadas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O turismo cultural, enquanto campo interdisciplinar, tem ganhado crescente importância no cenário acadêmico e nas práticas sociais por seu potencial em articular patrimônio, memória e identidade. Diferente das formas tradicionais de turismo voltadas ao lazer e à recreação, o turismo cultural valoriza o contato com bens simbólicos e experiências que promovem a aprendizagem, o pertencimento e a reflexão crítica sobre a história e a diversidade cultural.

Nessa perspectiva, a visita a museus se apresenta como uma atividade que transcende a contemplação de objetos, tornando-se uma oportunidade de diálogo entre o passado e o presente, entre o visitante e o território.

Em Santa Catarina, a herança cultural dos povos indígenas, colonizadores europeus e populações afrodescendentes compõe um mosaico identitário singular. No entanto, parte significativa dessa diversidade permanece marginalizada ou

pouco valorizada nos discursos oficiais. Os museus, como espaços de preservação e interpretação do patrimônio, têm papel estratégico na reconstrução de narrativas e na visibilidade das contribuições de grupos historicamente silenciados. Através de exposições, mediações e práticas educativas, o museu pode se tornar um agente ativo na promoção da cidadania cultural.

O Museu Histórico de Santa Catarina, localizado no Palácio Cruz e Sousa, é uma instituição que guarda e apresenta aspectos relevantes da história do estado. Entre os elementos do seu acervo, destaca-se o cano de guerra dos índios Carijós, objeto que carrega significados culturais, políticos e simbólicos relacionados à presença indígena na região litorânea sul brasileira.

A abordagem deste artefato requer um olhar que ultrapasse a dimensão estética ou expositiva, inserindo-o em uma lógica de resistência cultural e de reivindicação identitária.

A fundamentação deste trabalho visa sustentar, sob o ponto de vista acadêmico, a análise da experiência profissional no museu, relacionando conceitos de turismo cultural, museologia social, educação patrimonial e cultura indígena. Para isso, são mobilizadas referências da antropologia, história, ciências sociais e estudos do patrimônio, a fim de compreender como a prática museológica pode contribuir para uma leitura crítica e plural da história catarinense.

Ademais disso, busca-se evidenciar o potencial educativo da mediação cultural como forma de aproximar o público das questões socioculturais e históricas que moldam os objetos expostos.

A reflexão parte da premissa de que o turismo cultural não é uma atividade neutra, mas carregada de intencionalidades, discursos e disputas simbólicas. Visitar um museu implica entrar em contato com seleções de memória, e essas seleções dizem muito sobre o que se quer preservar e o que se deseja esquecer.

Por conseguinte, é fundamental pensar o museu como espaço político e social, capaz de transformar consciências e gerar novos significados para o patrimônio cultural. Ao considerar a cultura indígena no espaço museológico, amplia-se a compreensão da diversidade e reforça-se a necessidade de representações mais inclusivas e plurais.

Destarte, a presente fundamentação teórica será organizada em três subcapítulos, cada um abordando uma dimensão essencial do estudo: (1) o turismo cultural como prática de valorização da memória; (2) o museu como espaço de educação patrimonial e interculturalidade; e (3) a representação da cultura indígena nos museus, com foco no cano de guerra dos índios Carijós como objeto simbólico.

TURISMO CULTURAL E VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA

O turismo cultural constitui-se como uma prática que articula deslocamento físico e vivência simbólica com vistas ao contato, interpretação e fruição do patrimônio cultural. Trata-se de um segmento que se diferencia das formas convencionais de turismo por promover experiências baseadas na história, na arte, na identidade e na memória coletiva dos povos.

Conforme aponta Boullón (2002), o turismo cultural representa uma ponte entre o turista e o território, mediada por significados históricos e socioculturais que são, simultaneamente, preservados e reinterpretados no presente.

Ao contrário do consumo passivo de atrações, o turismo cultural implica uma postura ativa e reflexiva do visitante, que se aproxima de lugares e objetos investidos de valor simbólico. Para Oliveira (2010), esse tipo de turismo está profundamente associado à construção de sentidos em torno da herança cultural, contribuindo para o fortalecimento da identidade regional e para a educação patrimonial das comunidades envolvidas.

É nesse campo que os museus, centros históricos, sítios arqueológicos e manifestações culturais locais ganham destaque como bens de interesse turístico.

No contexto brasileiro, o turismo cultural é impulsionado por uma multiplicidade de expressões culturais presentes nas diversas regiões do país, resultado da confluência entre povos indígenas, africanos, europeus e outros grupos que compõem a identidade nacional. De acordo com dados do Ministério do Turismo (2021), o interesse pelo turismo cultural cresceu consideravelmente na última década, revelando a busca por experiências mais autênticas, educativas e relacionadas ao pertencimento. O turista contemporâneo não se contenta apenas com paisagens; ele deseja conhecer narrativas, símbolos, tradições e modos de vida que expressem a alma do lugar visitado.

Nesse sentido, a memória assume um papel central na estrutura do turismo cultural.

Halbwachs (2006), ao tratar da memória coletiva, afirma que o passado só se mantém vivo quando atualizado socialmente, ou seja, quando os grupos elaboram sentidos para ele no presente. O turismo cultural atua, portanto, como um dos mecanismos sociais de ativação da memória, permitindo que determinados elementos sejam resgatados, reinterpretados e incorporados ao imaginário coletivo.

Tal processo, contudo, não é neutro: envolve escolhas, silenciamentos e disputas simbólicas sobre o que deve ou não ser lembrado.

Importa destacar que a memória valorizada pelo turismo cultural frequentemente está ancorada em bens patrimoniais — materiais e imateriais — que funcio-

nam como âncoras de identidade e referências simbólicas de um grupo social. A noção de patrimônio cultural, conforme estabelecida pela UNESCO (2003), abrange não apenas os monumentos e objetos históricos, mas também as práticas, saberes e expressões que constituem a cultura viva de uma comunidade.

Nesse aspecto, o turismo cultural pode tanto contribuir para a valorização e salvaguarda dessas expressões quanto, em situações malconduzidas, provocar sua mercantilização e descaracterização.

A presença de museus na dinâmica do turismo cultural representa uma estratégia eficaz de interpretação do patrimônio. Esses espaços são responsáveis por organizar, preservar e expor elementos significativos da história e da cultura local, oferecendo ao visitante a oportunidade de uma experiência educativa e transformadora.

Conforme Deforges (2000), os museus têm o potencial de mediar a relação entre passado e presente, contribuindo para uma compreensão mais crítica da história e para o reconhecimento das identidades culturais diversas que compõem a sociedade.

Contudo, a eficácia dessa mediação depende diretamente das políticas museológicas adotadas e da concepção de turismo que se pretende fomentar. Um turismo cultural crítico e emancipador, como propõe Santos (2008), deve estar orientado para a valorização da diversidade cultural, o respeito aos sujeitos históricos e a promoção da justiça social, evitando práticas que transformem a cultura em mercadoria e o visitante em mero consumidor.

Ao integrar a memória indígena nos roteiros museológicos e turísticos, por exemplo, é possível romper com visões estigmatizadas e coloniais, favorecendo narrativas mais plurais e representativas.

Por conseguinte, refletir sobre o turismo cultural à luz da valorização da memória é reconhecer seu potencial como instrumento de educação patrimonial, cidadania cultural e ressignificação do passado. Especialmente em regiões como Santa Catarina, onde há forte presença de heranças culturais silenciadas — como a dos povos indígenas —, o turismo cultural pode ser um poderoso vetor de reconhecimento e visibilidade, desde que articulado a práticas museológicas conscientes, éticas e inclusivas.

A experiência no Museu Histórico de Santa Catarina, analisada neste trabalho, insere-se justamente nesse contexto, ao provocar reflexões sobre o papel dos objetos museológicos — como o cano de guerra dos índios Carijós — na construção de pontes entre memória, identidade e educação.

MUSEUS COMO ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E INTERCULTURALIDADE

Os museus contemporâneos ultrapassaram há muito sua função tradicional de guardiões do passado para se transformarem em instituições dinâmicas, voltadas à educação, à comunicação e à transformação social. Chaves (2003) observa que esse processo de ressignificação foi impulsionado por movimentos museológicos críticos e pela crescente demanda por espaços de diálogo intercultural.

Nesse sentido, os museus passaram a ser compreendidos como agentes de educação patrimonial e de promoção da diversidade cultural, sobretudo quando integrados a práticas de turismo cultural com foco na cidadania.

A educação patrimonial, enquanto campo interdisciplinar, promove o reconhecimento do patrimônio como expressão viva da identidade e da memória coletiva. Segundo Chaves (2003, p. 15), “a educação patrimonial é uma prática pedagógica que visa despertar o sentimento de pertencimento e a valorização do legado cultural das comunidades”.

No ambiente museológico, essa prática se concretiza por meio de exposições, mediações educativas, oficinas, atividades interativas e ações de preservação colaborativa com a comunidade. Os museus, assim, deixam de ser apenas locais de observação e tornam-se espaços de aprendizagem ativa.

Para Tavares (2015), o museu contemporâneo assume uma postura cada vez mais voltada à participação social, à acessibilidade e ao respeito à diversidade de saberes. Essa visão é reforçada pela museologia social, abordagem que propõe a centralidade das comunidades no processo de construção, curadoria e interpretação do acervo. Como salienta Moutinho (2007), a museologia social é uma resposta à crise de representação das instituições museológicas tradicionais e busca reverter os processos de exclusão simbólica ao integrar sujeitos historicamente marginalizados.

A interculturalidade, nesse contexto, configura-se como um princípio fundamental para a atuação dos museus como espaços democráticos. Trata-se da valorização dos encontros culturais, da escuta ativa e da produção de conhecimentos a partir da pluralidade. Conforme Canclini (2008, p. 110), “a interculturalidade não é simplesmente o convívio de culturas distintas, mas a criação de espaços onde elas possam dialogar em condições de respeito e reconhecimento mútuo”. Nos museus, isso implica repensar a forma como os acervos são apresentados, evitando visões etnocêntricas e narrativas únicas.

A mediação cultural torna-se, portanto, uma ferramenta essencial nesse processo. O mediador é o profissional que conecta o público ao acervo, facilitando a interpretação e estimulando a reflexão crítica. De acordo com Gohn (2006), a me-

dição vai além da transmissão de informações: ela promove a construção compartilhada de significados.

Em museus voltados à valorização do patrimônio indígena, à exemplo, é fundamental que a mediação considere a cosmovisão dos povos representados, respeitando suas narrativas e seus modos próprios de significar os objetos.

Nesse contexto, o Museu Histórico de Santa Catarina insere-se nesse debate na medida em que apresenta elementos da história regional e promove o contato do público com artefatos de relevância cultural e identitária. A presença de objetos indígenas em seu acervo, como o cano de guerra dos índios Carijós, demanda uma abordagem educativa que vá além da dimensão expositiva.

Com base no que afirma Moutinho (2007), é necessário contextualizar historicamente a peça, discutir a trajetória do povo Carijó, e reconhecer a violência do processo colonial que marcou sua história. Ao fazê-lo, o museu assume seu papel político-pedagógico na reconfiguração das narrativas históricas locais.

Ademais, ao ser inserido em roteiros de turismo cultural, o museu amplia seu alcance e sua função social. Os visitantes, ao entrarem em contato com acervos patrimoniais, não apenas consomem cultura, mas participam de um processo educativo e reflexivo.

Como afirma Oliveira (2012), a articulação entre turismo e educação patrimonial potencializa o museu como espaço de formação cidadã e de diálogo intercultural. Nesse sentido, é possível pensar o museu como um território de encontros, onde diferentes histórias e identidades se entrelaçam.

Portanto, pode-se dizer que os museus devem ser compreendidos como espaços abertos, em constante transformação, capazes de acolher múltiplas vozes e promover o protagonismo dos sujeitos culturais. A partir do que afirma Canclín (2008), a sua atuação como instrumentos de educação patrimonial e interculturalidade é essencial para a construção de uma sociedade mais justa, plural e consciente de sua própria diversidade histórica e cultural.

Destarte, pode-se compreender que a experiência no Museu Histórico de Santa Catarina possibilita como essa missão pode ser concretizada, desde que orientada por princípios éticos, participativos e críticos.

POVOS INDÍGENAS E A REPRESENTAÇÃO CULTURAL NO ACERVO MUSEOLÓGICO

A representação dos povos indígenas nos museus tem sido objeto de intensos debates nas últimas décadas, especialmente no que se refere à forma como essas

culturas são interpretadas, expostas e narradas por instituições que, historicamente, integraram o projeto colonial.

Durante muito tempo, os indígenas foram apresentados como “outros exóticos”, reduzidos a estereótipos, fossilizados no tempo ou retratados como culturas extintas. Essa perspectiva reforçou não apenas o apagamento de sua presença contemporânea, mas também a naturalização da violência colonial. Como pontua Ribeiro (1997), o indígena foi transformado em peça de museu não apenas no sentido literal, mas simbólico: apartado da história viva, relegado à vitrine da memória controlada”

Entretanto, com o avanço das reflexões decoloniais e da museologia crítica, emergem novas propostas que buscam reverter essas lógicas. Os museus começam a repensar seus acervos, a escutar as vozes dos povos representados e a construir narrativas mais plurais e respeitosas.

Como destaca Funari (2008), os objetos indígenas devem ser entendidos dentro de seus contextos culturais e simbólicos, sendo necessário romper com o olhar colonial que os fragmenta e os estetiza. É nesse cenário que se inscreve o desafio de interpretar, expor e dialogar com artefatos como o cano de guerra dos índios Carijós, presente no acervo do Museu Histórico de Santa Catarina.

Os Carijós pertenciam ao tronco tupi-guarani e habitavam principalmente o litoral sul do Brasil, especialmente na região onde hoje se localiza Santa Catarina. Foram um dos primeiros grupos a entrar em contato com os colonizadores europeus, sofrendo impactos profundos decorrentes da escravização, das epidemias, da guerra e da catequese. De acordo com Schmitz (2009), os Carijós foram considerados extintos como grupo étnico no século XVIII, mas sua memória permanece viva em topônimos, tradições orais e, sobretudo, em objetos como o cano de guerra — símbolo de sua organização sociopolítica, sua relação com o território e sua resistência frente à dominação.

A presença desse artefato no museu oferece uma oportunidade privilegiada de resgatar essa história. No entanto, esse resgate exige uma abordagem cuidadosa, que vá além da simples exposição física do objeto. É necessário contextualizar o cano de guerra como elemento de identidade cultural, carregado de significados políticos, espirituais e históricos.

Como alerta Dias (2011), exibir um objeto indígena em um museu sem o devido contexto equivale a silenciar sua voz e seu valor simbólico. Por isso, o trabalho museológico deve envolver pesquisa, escuta e, sempre que possível, o diálogo com descendentes e representantes indígenas.

Ademais disso, o museu deve atuar como espaço de resistência e denúncia. Ao apresentar a história dos Carijós e a violência do processo de colonização, o

Museu Histórico de Santa Catarina pode contribuir para desconstruir mitos de origem eurocêntricos e para afirmar a presença indígena como parte indissociável da formação regional. Essa abordagem está alinhada com o que Smith (2018) chama de “pesquisa descolonizadora”, ou seja, aquela que reconhece os saberes e as epistemologias indígenas como legítimos e que trabalha para restituir a voz e a agência desses povos nas narrativas institucionais.

O turismo cultural, ao incluir visitas a museus com acervos indígenas, deve também comprometer-se com essa visão crítica (Dias, 2011). O visitante não deve ser conduzido a uma contemplação acrítica de objetos “exóticos”, mas convidado à reflexão sobre as múltiplas violências da colonização e sobre a atualidade dos povos originários (Smith, 2018). A mediação cultural deve ser, portanto, educativa e política, apresentando os povos indígenas não como vestígios do passado, mas como sujeitos históricos ativos, com direitos, culturas e reivindicações atuais.

Não obstante, Schmitz (2009) pondera que a presença do cano de guerra dos Carijós no Museu Histórico de Santa Catarina, quando interpretada a partir de uma abordagem sensível e crítica, adquire um papel simbólico de grande relevância. Ele se transforma não apenas em peça de exposição, mas em testemunho material da resistência indígena, em instrumento de educação patrimonial e em ponto de partida para a reconstrução de narrativas históricas mais justas e inclusivas.

O museu, nesse sentido, cumpre sua função como agente de justiça cognitiva e de valorização da diversidade cultural brasileira.

METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com delineamento descritivo e exploratório, centrando-se na experiência profissional vivenciada no Museu Histórico de Santa Catarina como eixo empírico e interpretativo. O estudo parte do entendimento de que as realidades culturais são construídas e mediadas por sentidos, valores e narrativas, exigindo, por conseguinte, um método de investigação que privilegie a compreensão aprofundada dos fenômenos culturais em seus contextos históricos e simbólicos.

A abordagem qualitativa permite captar as dimensões subjetivas, relacionais e simbólicas da prática museológica, especialmente no que se refere à mediação cultural e à representação do patrimônio indígena.

O método utilizado foi o estudo observacional e bibliográfico, considerando que se trata de uma análise intensiva de uma experiência profissional concreta, localizada no espaço-tempo institucional do Museu Histórico de Santa Catarina, com ênfase em um objeto específico do acervo: o cano de guerra dos índios Carijós.

Yin (2016) destaca que o estudo de caso é indicado quando se deseja investigar fenômenos contemporâneos em profundidade, dentro de seu contexto real, sobretudo quando as fronteiras entre o objeto de estudo e o ambiente não estão claramente definidas. Essa escolha metodológica é adequada para examinar a articulação entre turismo cultural, memória indígena e prática museológica no âmbito de uma vivência profissional.

Já o observacional, ainda conforme Yin (2016), refere-se a um estudo que envolve a observação sistemática dos comportamentos e fenômenos em um determinado espaço ou ambiente, sem a interferência do pesquisador.

Quanto ao tipo de pesquisa, trata-se de uma investigação qualitativa de campo com caráter participante, na medida em que o pesquisador esteve inserido no contexto institucional, atuando em atividades vinculadas à mediação cultural, observação do público, organização do acervo e apoio técnico-pedagógico.

A participação ativa do pesquisador no cotidiano do museu possibilitou não apenas o acesso a informações empíricas, mas também a vivência de práticas, conflitos e reflexões próprias do universo museológico, o que enriquece a análise e legitima a experiência como fonte de conhecimento.

Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram a observação direta não-participante e a análise documental. A observação foi conduzida de forma sistemática ao longo do período de inserção profissional, permitindo o registro de interações entre visitantes e objetos, comportamentos, falas espontâneas e dinâmicas de mediação. O diário de campo foi empregado como ferramenta reflexiva e descritiva, permitindo o registro de impressões, anotações, hipóteses e eventos significativos do cotidiano museológico. Já a análise documental envolveu o exame de materiais institucionais do museu (fichas técnicas, catálogos, painéis expositivos), além de fontes históricas e bibliográficas relacionadas aos povos Carijós e à história do artefato estudado.

A triangulação desses instrumentos visou garantir maior profundidade analítica e confiabilidade aos dados obtidos. Como afirma Minayo (2012), a triangulação metodológica fortalece a interpretação, amplia a compreensão dos fenômenos estudados e reduz a possibilidade de vieses decorrentes de um único ponto de observação. A pesquisa foi conduzida com base em princípios éticos da investigação científica, respeitando a confidencialidade das observações e a integridade das informações obtidas no ambiente institucional.

Do ponto de vista teórico, o percurso metodológico foi orientado por referenciais da museologia crítica, da educação patrimonial e dos estudos culturais. A análise do significado do cano de guerra foi realizada à luz da antropologia simbólica, considerando os múltiplos sentidos atribuídos ao objeto enquanto patrimônio

histórico, representação indígena e instrumento de resistência cultural. Essa perspectiva permitiu compreender o artefato não apenas como peça expositiva, mas como um enunciado histórico carregado de memórias e disputas simbólicas.

CONSIDERAÇÕES

A experiência profissional no Museu Histórico de Santa Catarina proporcionou uma imersão concreta no universo museológico e reafirmou o papel dos museus como espaços estratégicos de educação patrimonial, diálogo intercultural e valorização da diversidade cultural brasileira.

O contato direto com o acervo, com o público visitante e com as práticas de mediação permitiu compreender que o museu, quando guiado por uma abordagem crítica e socialmente comprometida, transcende sua função expositiva e se transforma em agente ativo de transformação e conscientização histórica.

A análise do cano de guerra dos índios Carijós revelou-se um exercício simbólico e epistemológico. Este artefato, mais do que um objeto material, representa um vestígio da memória indígena, da resistência cultural e da presença originária em território catarinense. Sua exposição, quando contextualizada de forma ética e educativa, contribui para o reconhecimento dos povos indígenas como protagonistas da história e desafia narrativas coloniais que os marginalizam ou os silenciam.

A articulação entre turismo cultural, museologia crítica e memória coletiva demonstrou que é possível construir práticas turísticas mais conscientes, educativas e socialmente responsáveis. Essa experiência fortaleceu a percepção de que o turismo pode ser um canal de fortalecimento identitário, especialmente quando vinculado à valorização dos patrimônios esquecidos ou invisibilizados.

Ademais disso, a vivência no museu reforçou a importância de integrar teoria e prática na formação acadêmica. O diálogo entre os referenciais teóricos da museologia social, da educação patrimonial e dos estudos culturais, associado à prática cotidiana, ampliou a capacidade analítica, sensível e ética do pesquisador.

A convivência institucional também permitiu reconhecer os desafios da preservação do patrimônio frente às pressões do mercado turístico e às limitações estruturais das instituições culturais.

Em epítome, este trabalho reafirma que o turismo cultural e a museologia, quando orientados por princípios de justiça cognitiva, podem contribuir significativamente para a revalorização das histórias marginalizadas e para a construção de uma sociedade mais consciente, plural e comprometida com a memória de todos os seus povos.

REFERÊNCIAS

- BOULLÓN, Rodolfo G. *Patrimônio turístico: teoria e prática*. 4. ed. São Paulo: Aleph, 2002.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
- CHAVES, Cláudia Regina. *Educação patrimonial: da teoria à prática*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- DEFORGES, Leslie. *Tourist experiences and the embodiment of culture*. In: CRANG, Mike; TRAVLOU, Penny (Org.). *Tourism and cultural change*. London: Routledge, 2000. p. 42–58.
- GOHN, Maria da Glória. *Educação não-formal, participação da sociedade civil e espaços públicos*. São Paulo: Cortez, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.
- MINISTÉRIO DO TURISMO (Brasil). *Demanda Turística Internacional 2021*. Brasília: MTur, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- MOUTINHO, Maria de Lourdes Parreiras Horta. Museologia social e o empoderamento das comunidades. In: Encontro Brasileiro de Museologia, 2007, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: IBRAM, 2007.
- OLIVEIRA, Sueli S. de. *Turismo cultural e patrimônio histórico: interfaces e possibilidades*. São Paulo: Contexto, 2010.
- OLIVEIRA, Sueli S. de. *Turismo cultural e patrimônio histórico: interfaces e possibilidades*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- TAVARES, Cláudia Regina. *Museu e cidadania: desafios da museologia social*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.
- UNESCO. *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Paris: UNESCO, 2003..
- YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.

Estudos sobre Turismo apresenta uma coletânea de reflexões críticas sobre o fenômeno turístico em sua dimensão social, cultural, econômica e ambiental. Longe de ser manual técnico, a obra busca aprofundar o olhar sobre a experiência de viajar, problematizando suas implicações para comunidades locais, políticas públicas e identidades coletivas. Reunindo análises, relatos e escutas de diferentes atores, o livro propõe compreender o turismo como campo vivo de encontros, tensões e transformações. Com linguagem acessível e pluralidade de perspectivas, dialoga com estudantes, profissionais, gestores e leitores interessados, oferecendo subsídios para pensar o turismo em sua complexidade no Brasil e no mundo contemporâneo.

ISBN: 978-65-6068-195-8

